

A implementação do Rendimento Básico Incondicional
perspetivas políticas, académicas e profissionais

Pedro Roque

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientadora: Doutora Luísa Veloso, Professora Associada, ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

iscte

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

A implementação do Rendimento Básico Incondicional
perspetivas políticas, académicas e profissionais

Pedro Roque

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientadora: Doutora Luísa Veloso, Professora Associada, ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

“A totalização do tempo do eu é acompanhada pela totalização da produção, que hoje abrange todas as dimensões da vida e conduz a uma exploração total do homem.”

Byung-Chul Han

Agradecimentos

Será difícil não me esquecer de alguém nesta que é a parte mais divertida de escrever uma tese. As pessoas que nos acompanham são uma extensão daquilo que somos de bom e de mau e por vezes só tenho noção do meu valor quando paro para olhar à minha volta.

À Professora Luísa Veloso por ter aceitado o desafio e me encorajar a desafiar-me. Por me ter dado espaço para ser sincero com ela e partilhar os meus medos e inseguranças em relação à investigação. Obrigado por ter feito parte deste caminho comigo.

Ao Professor Roberto Merrill pela sua disponibilidade e entusiasmo pela investigação. Deu-me a base que necessitava para avançar com uma ideia que me é querida e de poder partilhá-la com alguém com o mesmo entusiasmo.

A todos os entrevistados das diferentes áreas, sem vocês isto não teria sido possível. Aprendi mais com cada uma das vossas experiências do que podia ter pedido. Sou grato pela disponibilidade, mas acima de tudo pela sinceridade com que abraçaram a minha investigação, é também um pouco de todos vocês.

Ao mISCuTEm, no geral e individualmente. O que aprendi e os momentos que partilhei aqui foi a parte mais significativa de todo o meu mestrado. Por me fazerem sentir um pouco menos sozinho e leve todos os dias que ia para o ISCTE, sem vocês não seria tão feliz nem realizado.

Ao Miguel, acho que se não me ligasses todos os dias às 18 para saber como estava a tese ainda estaria na introdução.

Ao Rodrigo, por ouvir os meus monólogos queixosos e existenciais sobre a vida sem nunca reclamar, apenas feliz por ter confiança para o fazer com ele.

Ao Vasco, por ser o Vasco, porque mesmo quando sou demais e não me compreendes estás lá para me amparar.

À Ema, por tudo o que não é explicado por palavras. O apoio e a confiança incondicional em tudo o que me debruço, gostava de ver tudo pelos teus olhos, seria tudo mais bonito.

Aos meus pais por todo o amor e confiança que nunca vou conseguir devolver. Tornaram sempre tudo mais fácil por me deixarem decidir o que quero ser, tenho mesmo muita sorte.

Estes dois anos de mestrado ensinaram-me imenso, sobretudo pelo que experienciei com todos vocês. Sou extremamente grato por estar rodeado de pessoas incríveis e que confiam mais em mim do que alguma vou conseguir confiar, obrigado a sério.

Resumo: Este estudo propõe-se a investigar as perspectivas de atores sociais acerca do potencial impacto do Rendimento Básico e Incondicional (RBI) na mitigação da precariedade. O RBI é uma proposta teórica que afere um rendimento a todos os indivíduos mensalmente e em dinheiro de forma universal e que lhes garante as condições mínimas e necessárias para sobreviver. Face as transformações dos Estados-Providência e o crescimento consequente da precariedade, nomeadamente no trabalho, as experiências de RBI surgem como alternativas possíveis para abordar as desigualdades económicas e problemas estruturais referidos. Neste sentido, este trabalho visa contribuir para o debate sobre políticas públicas, oferecendo uma compreensão das potencialidades do RBI como uma medida para promover o bem-estar social e a segurança económica dos trabalhadores num cenário de alterações significativas ao nível socioeconómico. De forma a alcançar este objetivo, foram realizadas entrevistas a políticos, profissionais das artes e a investigadores, com a finalidade de compreender as suas perspectivas em relação ao RBI e ao seu possível impacto na mitigação da precariedade laboral. A investigação realizada propõe uma discussão em torno das implicações da adoção do RBI e, consequentemente, fornecer diretrizes importantes para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Palavras-chave: Rendimento Básico Incondicional; Precariedade Laboral; Políticas de Bem-Estar; Mercado de Trabalho; Política Social.

Abstract: This study aims to investigate the perspectives of social actors on the potential impact of the Universal Basic Income (UBI) in mitigating precarity. The UBI is a theoretical proposal that provides all individuals with a universal monthly income in cash, guaranteeing them the minimum conditions necessary to survive. In view of the transformations of the welfare states and the consequent growth of precariousness, particularly in the workplace, RBI experiments have emerged as possible alternatives to address the economic inequalities and structural problems mentioned above. In this sense, this work aims to contribute to the debate on public policies, offering an understanding of the potential of UBI as a measure to promote the social well-being and economic security of workers in a scenario of significant socio-economic changes. In order to achieve this goal, interviews were conducted with politicians, arts professionals and researchers, with the aim of understanding their perspectives on UBI and its possible impact on mitigating job insecurity. The research carried out proposes a discussion around the implications of adopting UBI and, consequently, provides important guidelines for formulating more inclusive and effective public policies.

Keywords: Universal Basic Income; Job Precarity; Welfare Policies; Labor Market; Social Policy.

Índice

Introdução.....	1
I Enquadramento Teórico	3
Rendimento Básico Incondicional.....	3
1. Transformações dos Estado-Providência e Emergência de Perspetivas Alternativas ...	3
2. Precariedade no Emprego e Estigma associado à Proteção Social.....	6
3. O Caso dos Trabalhadores do Mundo das Artes	13
4. O RBI no Quadro das Políticas Públicas e da sustentação ideológica	15
5. Análise de experiências de RBI	17
II Metodologia	21
III Resultados.....	25
1. Perceções relativamente ao RBI: O que referem os atores sociais.....	25
Políticos	25
Investigadores	28
Profissionais do Mundo das Artes.....	32
2. Discussão	35
Conclusão	41
Bibliografia	43
Anexos	51
Anexo A- Guião de Entrevistas	51
Anexo B- Consentimento Informado.....	54
Anexo C- Grelha de Codificação MAXQDA	56

Introdução

No contexto do capitalismo contemporâneo, é evidente que persistem várias falhas sistêmicas que prejudicam o bem-estar e a coesão social. Uma das principais falhas é a desigual distribuição da riqueza, onde apenas uma pequena parcela da população acumula a maior parte dos recursos, enquanto a grande maioria luta para sobreviver, com salários insuficientes e condições precárias. (Debord, 1997). Esta disparidade amplia as divisões e os conflitos em sociedade, como também, contribui para o problema associado da produtividade exacerbada, que consiste numa pressão constante para produzir mais e mais, resultando em sentimentos como a ansiedade, esgotamento e um “vazio existencial generalizado” (Han, 2012). Como observado por Han, esta cultura do excesso de produtividade acaba por nos transformar em “trabalhadores neuróticos”, perdidos à procura de uma realização de sucesso, mas sem encontrar um verdadeiro significado nas nossas vidas (Han, 2015). Nesse contexto, as propostas de um Rendimento Básico Incondicional (RBI), como destacado por Debord, emergem como uma potencial via para reduzir as consequências do capitalismo moderno (Debord, 1997). Ao garantir um suporte financeiro básico para todos os cidadãos, o RBI não só pode contribuir para mitigar a pobreza e a desigualdade, mas também oferece a possibilidade de uma vida mais equilibrada, onde as pessoas têm mais liberdade para seguir as suas aspirações pessoais, sem se sentirem aprisionadas à armadilha da sobrevivência económica (Graeber, 2018).

A crescente discussão em torno do sistema capitalista e das suas limitações, remete para uma reflexão generalizada dos problemas que as sociedades contemporâneas enfrentam. As desigualdades socioeconómicas e o impacto que a mecanização tem vindo a ter na esfera do trabalho leva muitos investigadores a pensar em alternativas face ao futuro do trabalho e do papel que o Estado pode ter para o abordar (Gans, 2014). Neste sentido, surge o RBI, enquanto possível solução para as limitações apontadas, nomeadamente a distribuição de riqueza. O RBI, considerada uma medida utópica e radical para alguns investigadores, constitui uma proposta que tem ganho imensa popularidade, nomeadamente por força da investigação em torno da política e de experiências práticas levadas a cabo em diferentes países (Neves & Merril, 2023).

O debate que envolve o RBI não é recente, tendo-se intensificado durante o século XX, sendo um dos autores mais influentes, o filósofo Philippe Van Parijs, com uma extensa bibliografia sobre a temática e referenciado por todos os restantes autores que estudam a proposta de política (Neves & Merril, 2023). O conceito de RBI desenvolveu-se e ganhou notoriedade com o trabalho de Parijs em 1992, “Basic Income: A Radical Proposal for Free Society and Sane Economy”, no qual aborda a temática, esclarecendo a sua importância e os impactos económicos e políticos que teria, como também a sua viabilidade e como a atingir (Parijs & VanderBorgh, 2017). Em 1995 é lançada a sua obra mais influente, “Real Freedom for All: What (if Anything) Can Justify Capitalism?”, no qual ele defende a importância do RBI como forma de atingir maior justiça social e uma maior liberdade individual (Van Parijs, 1995). O seu trabalho continua a ter uma grande

influência entre os defensores do RBI, nomeadamente pela necessidade de colmatar desigualdades sociais e o respeito pela liberdade individual, sendo que o constante trabalho do autor na área continua a salientar os vários mecanismos e possíveis impactos no trabalho, políticas sociais e até mesmo no sistema económico, que o RBI pode ter (Van Parijs, 2013). As noções de justiça moderna incluem uma busca por uma maior distribuição da riqueza, garantindo que todos tenham acesso adequado aos recursos e oportunidades necessárias. Além disso, também abrangem a promoção de uma maior liberdade individual, permitindo que cada pessoa tenha autonomia e liberdade nas suas escolhas e em como atingir os seus objetivos (Van Parijs, 2013). Assim, o trabalho de Van Parijs tem influenciado o debate político atual ao destacar a importância da liberdade individual e da igualdade, questionando, por conseguinte, as noções de justiça existentes e propondo uma abordagem mais inclusiva e equitativa (Bidadanure, 2019).

Para melhor compreender a sua relevância no contexto atual, é fundamental entender que o RBI consiste numa potencial medida de política pública, que como o nome indica, afere um rendimento a todos os indivíduos mensalmente e em dinheiro de forma universal e que lhes garante as condições mínimas e necessárias para sobreviver (Neves & Merrill, 2023). Desta forma, o RBI “caracteriza-se por ser universal (para todos numa da comunidade política), individual (ao contrário de outros benefícios que são concedidos às famílias), incondicional, ou seja, sem obrigações e idealmente deveria ser de uma quantia suficientemente elevada para garantir uma existência digna” (Neves & Merrill, 2023, p.3). O RBI destaca-se de outras medidas de política justamente pelo aspeto incondicional, uma vez que coloca todos os cidadãos em igualdade de circunstâncias independentemente dos seus rendimentos ou situação laboral (Neves & Merrill, 2023).

Este trabalho tem como principal objetivo compreender de que forma o RBI poderia influenciar a precariedade no mercado de trabalho, analisando a perspectiva de três perfis de atores sociais distintos: Políticos, Investigadores e Profissionais do Mundo das Artes. Para isso, foi realizada uma análise temática com base em entrevistas com membros de cada um destes grupos, de modo a identificar pontos de convergência e divergência no seu discurso e nas suas perceções sobre a implementação do RBI.

A presente investigação pretende contribuir para um aprofundamento da discussão em torno do RBI, focando-se nas perspetivas de atores sociais acerca do potencial impacto que este pode ter como uma ferramenta de empoderamento social e económico, num mercado de trabalho muito desigual, seja nas relações laborais, seja a níveis económicos.

I Enquadramento Teórico

Rendimento Básico Incondicional

O enquadramento teórico apresentado neste capítulo tem como objetivo compreender as diferentes abordagens e perspetivas relativamente ao RBI e as suas possíveis implicações no mercado de trabalho e nas estruturas sociais. Nesse sentido, serão analisados estudos que abordam a evolução dos Estados-Providência, questões de precariedade no trabalho e as mudanças estruturais causadas pela precariedade. A análise irá considerar os preconceitos comuns associados ao RBI de forma ideológica, bem como evidências empíricas que comprovam o seu potencial impacto socioeconómico positivo em diferentes contextos.

1. Transformações dos Estado-Providência e Emergência de Perspetivas Alternativas

A discussão em torno do RBI nas últimas décadas tem tido um crescimento em diversos domínios. No campo teórico, estudos e debates políticos têm ganhado impulso, refletindo-se numa pluralidade de livros, artigos, notícias e documentários (Hoynes & Rothstein, 2019). Esse fenómeno tem estado igualmente presente no cenário político e ideológico, com várias experiências concluídas e com outras em curso, mobilizando uma considerável quantidade de investigadores e intervenientes em políticas públicas (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). O RBI destaca-se como marco político ao integrar campanhas de diversos partidos, sendo inclusive mencionado recentemente pelo Secretário-Geral da ONU, como uma medida necessária para fortalecer as redes de segurança sociais (Gutierrez, 2018).

Os sistemas de proteção social são constituídos por diversos outros programas de ação e políticas sociais, por norma também eles muito complexos. Estes programas de proteção social são caracterizados por gerirem situações de risco entre a população, proporcionando um apoio económico a famílias que vivem em situações precárias e sendo muitas vezes entendidos como limitados face às necessidades existentes (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). A questão da proteção social pode-se resumir numa luta de conquistas obtidas com dificuldade e alcançadas pela união de pessoas pobres, trabalhadoras e da classe média (Desai and Kharas, 2017).

A redistribuição, segundo Polanyi (1956), consiste na recolha de recursos por parte de um centro político e na sua distribuição com base em critérios políticos. Nas sociedades capitalistas modernas, isso manifesta-se sobretudo através de uma organização política caracterizada por políticas sociais e conhecido como Estado de bem-estar social ou Estado-providência. Este desempenha um papel crucial, não apenas do ponto de vista económico, mas também como regulador de tensões e conflitos associados à economia e aos mercados. Esta abordagem representa a tendência ao “duplo movimento” teorizado por Polanyi para reintegrar a economia e os mercados, o qual se refere à ideia de que a implementação de políticas sociais reflete a necessidade de proteger a sociedade das forças desestabilizadoras do mercado, enquanto ao mesmo tempo as reconhece como inevitáveis. (Polanyi, 1956).

Os Estado-providência modernos, têm alguns antecedentes, mas a maioria tem origem após a segunda Guerra Mundial, resultado de respostas a conflitos sociais e políticos decorrentes da industrialização e da “desincrustação” dos mercados, processo em que as atividades económicas se tornaram independentes das relações sociais. Exemplo disso foram políticas norte-americanas de proteção social e investimento público na criação de emprego, no *New Deal* nos anos 1930 após a Grande Depressão, que lançaram os fundamentos do próprio Estado de bem-estar social (Trigilia, 2008). Estes Estados implementaram uma redistribuição dos recursos por meio de impostos e contribuições sociais, organizada politicamente pelo Estado, de modo a garantir direitos como rendimentos mínimos em caso de incapacidade de trabalhar, reforma por idade, serviços de saúde e educação (Esping-Anderson, 1991). A extensão desses direitos e as formas de financiamento conduziram à configuração de diferentes modelos de Estado-providência, moldados por diferenças estruturais e processos políticos em sociedades industriais.

A crise dos Estados providência é um reflexo da complexidade dos desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade moderna. Mudanças demográficas, pressões económicas e os efeitos da globalização estão entre os fatores que mais contribuem para a necessidade de reformas significativas nos sistemas de proteção social (Giddens, 1990). As mudanças demográficas, nomeadamente o envelhecimento da população, representam um dos principais desafios para os Estados-Providência e a nível mundial. O aumento dos custos associados aos programas de pensões e cuidados de saúde coloca uma pressão adicional sobre os recursos destes sistemas (OECD, 2019). A crise económica vivida a nível mundial e o desemprego elevado têm destacado a necessidade de os Estados providência se adaptarem às novas realidades de mercado existentes. As reformas são assim essenciais para garantir a sustentabilidade dos sistemas de proteção social e a capacidade de responder às necessidades das famílias (Comissão Europeia, 2015).

Esta crise, está assim associada a uma série de mutações do sistema macrossocial do capitalismo e do próprio Estado Nação. Primeiramente assistimos a uma transição económica mais direcionada para os serviços e desindustrialização, acompanhada pela tecnologização da mão de obra e pela crescente importância de uma especialização flexível (Esping-Anderson, 1991). O RBI tem, segundo alguns autores, o potencial de revitalizar os problemas atuais da nossa economia, transformando a distribuição tecnológica, motivo de grande ansiedade e incerteza, numa força impulsionadora para a autorrealização e o bem comum (Stern, 2016). Paralelamente é também observável uma mudança uma alteração nos estilos de vida familiares, como é o caso do adiamento da idade de entrada na vida ativa e a pluralização dos modelos familiares. A precarização do emprego, o aumento do desemprego estrutural e envelhecimento populacional representam ainda um papel significativo neste contexto (Esping-Anderson, 1991).

Além destes fatores, a globalização económica desempenha um papel crucial no declínio dos Estado-Providência. A mobilidade do trabalho e capital, a mudança de indústrias e finanças para outros locais, aliado a uma maior competição internacional por impostos e regulamentação para atrair investimentos, contribuem em grande parte para a fragilidade das moedas nacionais nos mercados financeiros globais (Rodrik, 2011).

Este fenómeno limita a capacidade de resposta do Estado, levando à instabilidade no emprego e ao conseqüente aumento do desemprego, bem como a mudança para sistemas regulatórios mais orientados para o liberalismo e neoliberalismo económico. Todas estas mudanças são ainda impulsionadas pela competição global e pela pressão de organizações financeiras internacionais como o Banco Mundial e o FMI (Rodrik, 2011).

O RBI surge como um contributo a muitas das limitações já abordadas, sentidas sobretudo em países desenvolvidos no domínio da proteção social, sendo que muitos dos seus defensores argumentam uma ausência de capacidade deste sistema de lidar e adaptar-se às mudanças estruturais emergentes na demografia, cultura e trabalho (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020).

Segundo Esping-Anderson existem três tipos diferentes de Estado-providência, o Liberal-Residual, o Corporativo-Conservador e o Institucional-Social democrata (Esping-Anderson, 1991). Ao analisarmos o contexto dos Estados de bem-estar social da Europa do Sul podemos observar características diferentes destes três mencionados mais tradicionais, podendo considerar a proposta de um quarto tipo de Estado (Silva, 2002).

O Liberal-Residual é predominante em países como os Estados Unidos da América e no Reino Unido, no qual é minimizada a intervenção estatal, promovendo o mercado como principal regulador da economia e da assistência social (Silva, 2002). O Corporativo- Conservado é comum na Alemanha e França, onde a proteção social é elevada, mas reforça hierarquias sociais (Silva, 2002). O Institucional-Social democrata é mais comum nos países do norte da Europa e tem uma abordagem universalista e igualitária (Silva, 2002).

Estas particularidades incluem uma polarização no mercado de trabalho, uma presença significativa de uma economia paralela, uma abordagem mais direcionada para a proteção de idosos em detrimento de apoios mais amplos e uma interação específica entre atores públicos e privados (Ferreira, 2013).

O Estado-Providência português, em particular, destaca-se por uma configuração peculiar devido à sua história política no século XX com o Estado Novo. Neste cenário, uma mistura de dinâmicas entre abordagens mais conservadoras e sociais-democratas, bem como a colaboração entre o setor público e o privado, desempenharam papéis cruciais. Ao contrário de interpretações que o categorizam como atrasado ou “familista” tradicional, é argumentado que o ênfase na intervenção de atores da sociedade civil não decorre dessas tradições, mas sim da sua evolução e dissolução dessas solidariedades ao longo deste período (Branco, 2017).

A universalidade do RBI prende-se justamente com não deixar ninguém de fora e evitar a exclusão e o estigma sentido noutras políticas de apoio social algo que está bastante presente no contexto europeu, sendo a vergonha o principal fator pela adesão limitada de beneficiários em condições de

receber benefícios (Atkinson, 2011). A problemática da universalidade e, possivelmente, a principal crítica ao RBI, reside precisamente nos custos associados à sua implementação, sendo que a sua viabilidade está condicionada pelos objetivos que a política se propõe a resolver e pelas políticas ativas destinadas a abordar essa mesma problemática (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020).

2. Precariedade no Emprego e Estigma associado à Proteção Social

A discussão em torno do RBI como medida de política pública não é de todo consensual. No entanto, embora o RBI se encontre longe de ser uma realidade e pareça uma ideia utópica no contexto económico vigente, não deve ser descartada enquanto possível contributo a alguns dos problemas sociais vividos (Gans, 2014). A dificuldade de arranjar um emprego e a sua respetiva qualidade, como também, a crescente tecnologização do trabalho, apresentam-se como problemas estruturais a serem resolvidos. A falta de emprego não é universal e tem configurações distintas em função de muitas variáveis, sendo o RBI uma política capaz de colmatar algumas destas dificuldades (Gans, 2014).

Deste modo, é importante desconstruir algumas críticas e compreender o estigma associado aos programas de assistência social existentes nos diferentes Estado-providência, com o objetivo de combatê-lo e melhorar a qualidade de vida das pessoas que se encontram nessa situação (Barreiros, 2017).

Os programas de assistência social são compostos por diferentes objetivos e aplicados ao seu próprio contexto, sendo que a sua diferente forma de atuação é inerente ao modelo de Estado de bem-estar social de cada país e tem um impacto direto na sua aplicação e propósito (Gentilini & Grosh, 2020). A assistência social pode ser prestada de diferentes formas, caracterizando-se por abranger toda a população que necessita de apoio ao oferecer uma transferência adequada a famílias ou indivíduos. Existem tensões entre esses objetivos e nenhuma das medidas de política pública existentes se destaca propriamente ou está isenta de críticas. Os compromissos e o equilíbrio entre essas dimensões explicam parcialmente a variabilidade dos programas de assistência social em diferentes contextos e o debate contínuo sobre a temática, surgindo o RBI como um possível contributo na construção de uma proteção social mais eficaz (Gentilini & Grosh, 2020).

Na psicologia, a vergonha é classificada como uma “emoção auto consciente” que envolve um processo de autorreflexão e avaliação. Esta distingue-se de outras emoções, como é o caso da culpa, ao constituir uma avaliação negativa do “eu” (Tangney *et al.*, 2007). O conceito, de um ponto de vista mais social, enfatiza a perceção do “eu” como algo que emerge das interações e relações sociais, sendo que o julgamento imaginado pelos outros reflete o verdadeiro “eu” (Roelen, 2020). A recente transição contemporânea para o individualismo em que a importância do indivíduo e da sua liberdade pessoal é priorizada em relação à sociedade, afasta a ideia de relações pessoais e sociais

complexas nas sociedades modernas, levando a uma desconexão e alienação que contribui para a prevalência generalizada da vergonha (Scheff, 2014).

O estigma, por sua vez, está intrinsecamente ligado à vergonha, sendo gerado pela divergência da norma, e frequentemente vinculado a sentimentos negativos de desaprovação e julgamento em contextos sociais específicos (Roelen, 2020). Dada a forte ligação entre o fenômeno da pobreza e o recebimento de assistência social, abrange tanto a vergonha resultante de viver na pobreza, ou seja, a vergonha induzida pela pobreza (Walker, 2014), como os sentimentos que se internalizam do estigma associado ao recebimento de assistência social, alinhando-se com noções de autoestigma e de estigma sentido por parte de outros (Bos *et al.*, 2013). Por um lado, a assistência social pode reduzir a vergonha que é induzida pela pobreza, ao promover uma vida mais digna através da provisão de segurança de um subsídio, tendo um impacto direto na vergonha associada ao estigma relacionado com o recebimento de assistência social (Bastagli *et al.*, 2016). Por outro, ser beneficiário de assistência social pode acarretar o estigma em que o recebimento desse apoio apresenta uma identidade desvalorizada e julgável (Goffman, 1963).

A forma como a assistência social está construída e é atribuída pode traduzir-se na constituição de mecanismos poderosos para a transmissão e propagação do estigma (Roelen, 2017). Enquanto a pesquisa em países de ordenados mais elevados destaca a importância da noção de mérito ao decidir os grupos que são ou não elegíveis para apoio, as discussões em países com ordenados médios e baixos tendem por optar por uma abordagem mais técnica (Oorschot, 2000). Os defensores da focalização dos apoios enfatizam a importância da redistribuição, nomeadamente em contextos com recursos limitados, sendo que os seus oponentes destacam questões como o paternalismo, a exclusão e o estigma (Deveraux, 2016). As revisões mais recentes de apoios mais direcionados para determinados perfis demonstram a existência de um elevado custo psicossocial associado ao estigma e à vergonha, resultando numa diminuição da adesão aos benefícios (Deveraux *et al.*, 2017) O risco destes efeitos de exclusão contribui em grande medida para a defesa e importância de uma prestação universal de proteção social e que é fundamental para as propostas do RBI (Standing, 2017).

O fator de condicionalidade neste tipo de apoios consiste em requisitos comportamentais vinculados à receção de transferências, visando promover mudanças no comportamento (Watts & Fitzpatrick, 2018). O seu uso tem sido extensivamente estudado e debatido em países com ordenados mais elevados, abordando a eficácia limitada em provocar alterações positivas, os efeitos adversos na saúde mental, a subversão da autonomia dos cidadãos e a interação com atitudes sobre o mérito (Roelen, 2020). Ao analisar algumas políticas de proteção social caracterizadas por uma transferência de dinheiro à condição do preenchimento de certos requisitos, vinculam as transferências monetárias a ações específicas, o que leva Cookson (2018) a constatar que a condicionalidade dispensa o Estado de responsabilidade sobre os indivíduos, ao validar a ideia de que qualquer privação que sintam seja culpa

sua. Esta individualização da pobreza cria um espaço propício ao estigma e à vergonha sentida pelos indivíduos (Cookson, 2018). Os beneficiários podem interiorizar a falta de cumprimento das condições ou a melhoria dos resultados para si mesmos (Watts & Fitzpatrick, 2018). Por sua vez, os prestadores de serviços podem explorar essas dinâmicas para monitorizar e impor o cumprimento de condições para a prestação social, impondo condicionalidades em contextos de políticas de combate à pobreza e intensificando a vergonha sentida pelos seus beneficiários (Gubrium & Pellissery, 2013).

A assistência social tem efeitos psicossociais positivos acentuados e pode ter um impacto direto na atenuação da vergonha associada à pobreza. No entanto, isso não implica que não exista o estigma ou o sentimento de vergonha para muitos dos seus beneficiários, destacando a relação entre o desenho e a implementação das intervenções deste tipo de políticas com o estigma público e estrutural (Roelen, 2020).

Alternativas Concorrentes ao RBI

Neste contexto, surgem na discussão alternativas ao sistema vigente de assistência social e concorrentes ao RBI, sendo os mais abordados o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), o Imposto de Renda Negativo (IRN) e mais recentemente o *Job Guarantee*.

O RMG é muitas vezes associado ao RBI, contudo, são quase opostos no que toca à estrutura de benefícios e ao direcionamento das políticas, nomeadamente no tópico da condicionalidade, sendo que ambos são pagos em dinheiro (Gentilini & Grosh, 2020). O RMG assegura um montante mínimo a qualquer família que esteja abaixo de um determinado limiar de rendimento ao proporcionar apenas esse mínimo, resultando numa cobertura limitada na base da distribuição de rendimento (Gentilini & Grosh, 2020). Neste sentido, ao contrário do RBI, que oferece um benefício universal e fixo, o RMG tem uma redução acentuada no seu valor e na abrangência da medida de política pública. Se o limiar de elegibilidade estiver na linha de pobreza, a eliminação da mesma ocorreria com o menor custo orçamental possível (Gentilini & Grosh, 2020). No entanto, esta potencial eficiência poderia ter um impacto no trabalho ao desincentivá-lo, uma vez que implica uma taxa marginal de imposto de 100% a todos os agregados familiares com rendimentos abaixo dos do limiar do RMG. O RMG é extremamente exigente do ponto de vista administrativo, necessitando de uma avaliação precisa da sua elegibilidade e uma personalização dos benefícios de acordo com o contexto e o tempo (Gentilini & Grosh, 2020).

Um dos programas mais discutidos na linha de proteção social, juntamente com o RBI, é o IRN, caracterizado como “(...) uma das ideias modernas mais fundamentais na análise da assistência social” (Moffitt, 2003, p.119). Tal como o RMG, o IRN representa uma ideia de ajuste de impostos e transferências com base no bem-estar e distribuição de recursos (Gentilini & Grosh, 2020). Funcionam ambos da mesma forma, mas o IRN caracteriza-se por um limiar possivelmente mais elevado e uma redução mais gradual, sendo que impõe requisitos semelhantes de informação, ainda que abranja toda a distribuição de rendimento e depende ainda mais do rendimento real (Gentilini & Grosh, 2020).

Ao considerar o financiamento e pagamento do IRN e do RBI, compreende-se que ambos podem ter resultados nos rendimentos líquidos bastante semelhantes. Caso o RBI fosse financiado unicamente por uma tributação progressiva e universal do rendimento pessoal de cada um, tanto o NIT como o RBI seriam analiticamente equivalentes no que concerne a liquidez do seu financiamento (Barr, 2020). Contudo, é possível que o RBI seja compreendido como uma política menos transparente em comparação com o IRN, uma vez que é menos evidente quem está a financiar o quê. O RBI tem a vantagem de cobrir um leque mais amplo de tipos pobreza e precariedade, nomeadamente pessoas em cargos informais e na gestão do risco ao longo do tempo, face o maior nível de transferências (Majoka & Palacios, 2019). A principal diferença entre ambos é a de que o IRN taxa e transfere um menor valor monetário, enquanto o RBI taxa, mas transfere um maior. Ambas as políticas enfrentam a mesma adversidade, equilibrar o rendimento mínimo garantido, a taxa marginal efetiva sobre benefícios e o ponto de equilíbrio em que os membros de uma sociedade passam a descontar para o Estado (Gentilini & Grosh, 2020).

Segundo Gentilini e Grosh, o RMG tem algumas vantagens em comparação com os outros programas de proteção social, ao ter a capacidade de diminuir a pobreza a um reduzido custo fiscal, focando-se na pobreza e tendo um possível impacto na mesma, nomeadamente em contextos de mudança paradigmática nos ciclos económicos (Gentilini & Grosh, 2020). No lado negativo, temos o possível desincentivo ao trabalho que causaria e a exclusão social associada em contextos de pobreza extrema, isolando a população mais pobre. Ainda na ótica negativa está a exigência administrativa que requer (Gentilini & Grosh, 2020).

O IRN atua como “um sistema de créditos fiscais reembolsáveis que garante aos sujeitos elegíveis um certo rendimento mínimo” (Harvey, 2006, p.2). Neste sentido, o IRN tem um resultado que se assemelha ao do RBI, fornecendo um apoio financeiro caso os rendimentos tributáveis de cada indivíduo não excedam as suas obrigações fiscais, o que condiciona os que se encontram acima desse ponto de equilíbrio, uma vez que não preenchem os requisitos de vulnerabilidade económica delimitados para esta medida de política pública. O IRN diverge assim do RBI na sua universalidade, que é justamente um dos maiores pilares deste último, ao promover uma maior igualdade entre os participantes (Neves & Merrill, 2023).

Por fim, o *Job Guarantee* apresenta-se como uma alternativa com pressupostos bastante diferentes, mas com objetivos muito semelhantes. A medida tem por base eliminar o desemprego por completo, garantindo um emprego digno e bem pago a toda a população através da criação direta de emprego pelo Estado, nomeadamente aos que estão excluídos do mercado de trabalho (Gordon, 1997). O conceito tem vindo a ganhar notoriedade, sobretudo no campo académico dos Estados Unidos da América, que defende a importância desta medida de política para resolver problemas de disparidade económica e social através do emprego (Hoffman, 2022).

À semelhança do RBI, o *Job Guarantee* pretende assegurar uma maior proteção e inclusão social, promovendo uma desaceleração da produtividade e uma consequente transição para uma economia verde (Tcherneva, 2012). A medida destaca a importância de as pessoas deterem um trabalho significativo, proporcionando empregos úteis social e ambientalmente, enquanto também garantem um nível salarial adequado aos seus trabalhadores (Tcherneva, 2012). Contrariamente a outras medidas de assistência social, como é o caso do RBI, o *Job Guarantee* vê no trabalho a solução para os mesmos problemas.

As principais críticas direcionadas ao RBI, excluindo a discussão em torno da sua viabilidade económica, prendem-se justamente com este critério de universalidade que o separa de outros modelos. Segundo os opositores ao RBI, o cariz não direcionado do apoio torna-o menos justo, uma vez que aloca recursos onde estes podem não ser tão necessários (Neves & Merrill, 2023). Daí surge a insistência dos opositores por outras alternativas, como é o caso do IRN ou dos esquemas de rendimento mínimo, visto que ambos criam critérios de seleção entre os participantes. Isto reduz a elegibilidade dos indivíduos e, consequentemente, diminui os gastos financeiros associados, tornando-os, desta forma, mais viáveis (Neves & Merrill, 2023).

Uma das críticas presente no debate assenta sobre a incerteza dos impactos que o RBI pode ter no trabalho e a moralidade subjacente ao mesmo. De um ponto de vista “perfeccionista”, mais do que promover uma liberdade pessoal, devem-se promover vidas prósperas e que contribuam para a comunidade, de modo a ganhar reconhecimento e desenvolvendo assim relações com os outros (Gheaus & Herzog, 2016). Segundo uma ótica mais “paternalista”, existe o medo do desincentivo ao trabalho e todas as questões que o envolvem, nomeadamente a promoção de tempo de lazer e deixar esta decisão a cargo de cada indivíduo (Bidadanure, 2019).

Neste contexto, surgem também associadas as questões de reciprocidade e de responsabilidade para com a comunidade, intimamente ligadas ao dever moral de cada indivíduo de contribuir positivamente. Assim, ao esforçar-se e envolver-se mais para ser uma fonte de rendimentos, evita tornar-se um fardo para a comunidade e cria-se a expectativa de retorno do que este ofereceu (Bidadanure, 2019).

Precariedade no emprego

O conceito de precariedade no emprego tem um impacto significativo na vida dos indivíduos, uma vez que a relação com o emprego representa um ponto crucial na estrutura social das sociedades capitalistas modernas (Edwards, 2005). Esta relação molda as experiências dos trabalhadores, dentro e fora do local do trabalho, dependendo das características específicas da sua relação com o seu emprego, como é o caso da presença ou ausência de dimensões de precariedade (Thompson & Vincent, 2010). O impacto desta relação está sujeito a elementos do contexto social mais amplo, tais como condições que ativam os riscos da precariedade, a dependência dos trabalhadores a tempo inteiro e do seu salário para a sua

subsistência e outras estruturas sociais, incluindo relações familiares, normas sociais, educação e instituições financeiras e regimes de Estado-providência (Fleetwood, 2011).

Na perspectiva de alguns investigadores, a precariedade abrange diferentes níveis da vida social. No nível mais básico, a precariedade no emprego refere-se a características objetivas do trabalho, como é o caso de baixos salários, elevada insegurança no emprego e um reduzido controlo do trabalhador sobre o seu salário, horário e condições no emprego (Vosko, 2010). As condições de vida dos trabalhadores, tais como como estruturas familiares, redes de parentesco e acesso a serviços de bem-estar independentes do estatuto no mercado de trabalho, podem modificar os efeitos do trabalho precário, não obstante os apoios financeiros garantidos pelo Estado-Providência que atenuam o impacto das condições do mercado de trabalho (Campbell & Price, 2016).

A análise do aumento da precariedade e conseqüentemente do mal-estar social deve ter em conta a desigualdade na distribuição de recursos económicos, culturais e nas qualificações, de modo a mobilizar abordagens que tenham em conta a perspectiva dos indivíduos de modo a obter um maior aprofundamento das diferentes realidades sociais que o caracterizam (Carmo & Matias, 2019). A complexidade do conceito exige uma compreensão de tudo o que envolve, sendo por isso importante analisá-lo de forma qualitativa, abrangendo critérios pouco analisados, como é o caso da interdependência das relações sociais que afetam diretamente o quotidiano dos trabalhadores (Carmo & Matias, 2019). Este tipo de análises identifica como as desigualdades são perpetuadas por mecanismos intangíveis, e que frequentemente agravam as disparidades existentes (Carmo & Matias, 2019).

No espaço público, a ocultação destes fenómenos conduz a uma incompreensão do mesmo, atribuindo a culpa da pobreza e da precariedade às capacidades individuais de cada um e às suas características pessoais. Isso leva a que a precariedade seja normalizada e legitimada em grupos específicos, cuja solução depende da sua predisposição de enfrentar as suas incapacidades e saírem deste isolamento (Carmo & Matias, 2019).

A análise da precariedade deve então considerar tanto as dimensões materiais quanto as mais subjetivas, oferecendo assim uma compreensão mais ampla das desigualdades e das suas implicações no dia a dia (Carmo & Matias, 2019).

Ao seguir esta linha de pensamento, pode-se depreender que, embora o emprego seja fundamental para a redução da pobreza, os trabalhos em países de baixos e médios rendimentos nem sempre são capazes de desempenhar esse papel de elevação económica, uma vez que os salários são reduzidos e predomina uma baixa produtividade (Standing, 2017). Nos países com rendimentos mais elevados pode também dar-se o fenómeno dos salários se manterem estagnados em relação ao aumento geral de produtividade. Em ambos os casos, o RBI pode servir como forma de complementar os rendimentos cronicamente baixos e fazer face à precariedade ao distribuir a riqueza (Standing, 2017).

Noutra perspectiva, compreende-se que a rede de proteção social existente foi desenhada e concebida pressupondo uma relação única, estável e a tempo inteiro (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). O aumento do número de trabalhadores a tempo parcial e temporário alerta para análise do seu estatuto, sendo que são cobertos pelos mesmos benefícios desde que cumpram os requisitos de rendimento e uma contribuição mínima (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). No entanto, os trabalhadores independentes, que frequentemente mudam de emprego, não encaixam neste quadro do sistema de proteção social, podendo comprometer a sua eficácia. Se os impostos e as contribuições sociais forem pagos apenas a algumas categorias de trabalhadores, as empresas têm um incentivo para transferir esse trabalho para trabalhadores menos protegidos e com salários mais baixos (OECD, 2018). Neste sentido, o RBI poderá apresentar-se como uma das opções para criar uma plataforma de assistência social, aliviando a pressão sobre os sistemas de segurança social existentes e assente nos princípios de redistribuição e equidade (Rutkowski, 2018).

A relação entre emprego e a precariedade está associada à persistente ideia de que cada indivíduo deve ter um emprego para justificar o direito à sua própria existência, uma perceção que remonta à teoria Malthusiana Darwinista (Graeber, 2018). O paradoxo do trabalho moderno reside assim na dualidade entre o sentido de dignidade associado ao seu trabalho e a autoestima das pessoas, apesar de, paradoxalmente, a grande maioria dos indivíduos não se sentir realizada no seu emprego (Gini & Sullivan, 1987). Numa ampla variedade de estudos realizados nas últimas décadas compreende-se que os trabalhadores frequentemente descrevem os seus empregos como fisicamente exaustivos, monótonos, psicologicamente prejudiciais e pessoalmente humilhantes e insignificantes. No entanto, existe um desejo de trabalhar porque estão conscientes de que o trabalho desempenha um papel psicológico crucial e de certa forma incomparável na formação do carácter humano (Gini & Sullivan, 1987). O trabalho não se reduz a ser meramente um meio de subsistência, é também um dos fatores mais significativos na contribuição para a estruturação da vida. Ser privado de trabalho significa ser privado de muito mais do que aquilo que o trabalho pode comprar, implica ser privado da capacidade de definir e respeitar a própria identidade, culminando na ideia de que o trabalho não é um meio para um fim, mas sim um fim em si mesmo (Gini & Sullivan, 1987). Este paradoxo manifesta-se, quando, apesar dos avanços tecnológicos que prometem uma redução substancial do tempo dedicado ao trabalho, o mesmo não se verifica e, por vezes, até se trabalha mais do que anteriormente (Graeber, 2018). Associado a este problema existem pessoas que se encontram empregadas, mas que consideram o seu trabalho inútil ou desprovido de sentido, remetendo para esta contradição de mais tempo livre que é prometido e a realidade de muitos trabalhadores presos a empregos pouco significativos (Graeber, 2018).

O fenómeno que envolve o paradoxo do trabalho moderno tem consequências significativas nos indivíduos, afetando não apenas a sua saúde e autoestima, como também, a sua imaginação e criatividade com repercussões profundas (Graeber, 2018). Este problema é particularmente sentido entre os jovens na América do Norte e na Europa, sendo preparados desde cedo para empregos “inúteis”, treinados para

fingir trabalhar e, posteriormente, conduzidos por vários meios para empregos que se acredita não terem um propósito significativo (Graeber, 2018). No trabalho “*Bulshit Jobs*”, David Graeber, discute a precariedade no ambiente de trabalho, focando-se particularmente nos denominados “trabalhos da treta”. O mundo profissional é caracterizado por uma vasta desigualdade, partindo do pressuposto que força os indivíduos a trabalhar em troca de dinheiro, colocando-os em posições precárias e com trabalhos degradantes e desprovidos de propósito (Bidadanure, 2019). Graeber destaca a inviabilidade e indesejabilidade de manter toda a população empregada e aborda os diferentes tipos de participação, como é o caso do voluntariado. Por fim, sugere o RBI como forma de dissipar as desigualdades sociais (Graeber, 2018). O autor argumenta referindo que, ao garantir a todos os indivíduos uma igual quantia monetária, o RBI desencadeia um processo de dissolução das diferenças, uma vez que o dinheiro possui um poder simbólico comum a todos os indivíduos, independentemente do seu sexo, idade ou classe social. Desta forma, o RBI contribui para desvincular a vida pessoal de cada um do trabalho, redefinindo o conceito de emprego ao assegurar uma sustentabilidade econômica mínima e ao eliminar o estigma moral associado à assistência social. (Graeber, 2018).

3. O Caso dos Trabalhadores do Mundo das Artes

A precariedade no emprego no setor das artes é caracterizada por baixos salários, insegurança no emprego e falta de controlo sobre os horários e as condições de trabalho (Borges, 2003). As condições sociais dos artistas são também de grande importância, desempenhando a sua estrutura familiar e rede relações um papel significativo na forma como experienciam a precariedade (Campbell & Price, 2016).

Alguns autores caracterizam o trabalho artístico como algo intrínseco a trajetórias imprevisíveis e salientam a necessidade de versatilidade e adaptabilidade da profissão, mesmo que isso implique trabalhar em diferentes setores (Borges, 2003). Os artistas têm ainda de lidar com diferentes tipos de trabalho, nomeadamente com contratos temporários, de freelancer e trabalho intermitente, sendo que na sua grande maioria auferem salários baixos, o que reflete a natureza instável das carreiras artísticas e se traduz numa situação financeira instável (Borges, 2003). Esta diversidade no trabalho evidencia os complexos desafios de perseguir uma carreira artística e a necessidade de uma resposta multidisciplinar que estude as artes, dando ênfase à natureza dinâmica do trabalho artístico e ao consequente impacto nas lógicas de mercado e na empregabilidade no setor (Borges, 2003).

Um dos fenómenos mencionados e difícil de discutir é a natureza intermitente do trabalho nas artes, que se caracteriza por um momento em que os profissionais se encontram numa posição sem emprego e entre projetos, podendo esta ser de um longo período, o que resulta numa grande incerteza financeira e instabilidade emocional (Borges & Costa, 2012).

O trabalho artístico é composto por uma complexidade temporal, seja entre projetos, seja na sua realização, estando a carreira de um artista muito condicionada pela sua experiência com o tempo (Serafini & Banks, 2020). Serafini e Banks (2020) definem três tempos diferentes que ajudam a

compreender a complexidade do fenómeno. A “carreira artística” consiste no processo profissional e de desenvolvimento dos artistas na sua área, o que envolve uma adaptação a diferentes oportunidades e trabalhar em diferentes sítios para sustentar o seu trabalho artístico em busca de uma autonomia criativa (Serafini & Banks, 2020). A carreira artística moderna é assim caracterizada por incerteza e multiplicidade, levando a que os artistas se encontrem em condições precárias de trabalho, tendo de trabalhar para poder trabalhar (Serafini & Banks, 2020). O “tempo de produzir arte” refere-se, como o nome indica, às rotinas e ritmos que os artistas seguem no seu processo criativo. Nestes períodos, os artistas dedicam o seu tempo a praticar e produzir objetos de arte, performances ou outros trabalhos, sendo um momento crucial da componente artística e que representa a intensidade e paixão da área (Serafini & Banks, 2020). Por fim, temos a “temporalidade do trabalho”, que assenta na dimensão temporal da arte em si mesma, ou seja, de que forma a arte aborda a estética do tempo, os simbolismos e a consciência, sendo estes materializados e concebidos no produto final. Isto implica compreender a evolução e transformação de uma peça, como também a acumulação de significado ao longo do tempo e a sua interação com diferentes interpretações e períodos (Serafini & Banks, 2020). A multiplicidade histórica da arte e das suas interpretações, remete muitas vezes para as preocupações sociais, tecnológicas e políticas dos artistas em determinadas épocas, sendo uma relação entre o objeto artístico e a sua receção em diferentes contextos, não sendo este período uma exceção (Serafini & Banks, 2020).

Esta contextualização temporal do trabalho artístico serve como suporte para uma compreensão mais incisiva das adversidades da precariedade que existem no trabalho artístico e como as abordar (Serafini & Banks, 2020). Ao reconhecer estas adversidades é possível retirar algumas conclusões que possam viabilizar o trabalho artístico, como alargar o leque de oportunidades laborais e de contratos de trabalho mais estáveis que permitam manter uma carreira artística em que se possa gerir o tempo (Serafini & Banks, 2020).

A pandemia veio reforçar muitos destes problemas, remetendo para a necessidade de melhores condições de trabalho e uma maior proteção social para os artistas dentro do setor cultural (Borges, 2020). A precariedade no trabalho artístico exige regulamentos específicos e um maior investimento público na cultura, de modo a facilitar o reconhecimento e valorização do trabalho artístico em sociedade (Borges, 2020).

O “modelo” de trabalho no campo da atividade criativa é caracterizado pela precariedade, intermitência e ausência de proteção social, sendo que está centrado principalmente no trabalho por projeto, algo cada vez mais comum nas economias atuais (Borges & Costa, 2012). Os desafios enfrentados pelos artistas, como a instabilidade económica e a falta de proteção social, estão-se a alastrar para outros setores de atividade, suscitando questões sobre o desenvolvimento de programas de proteção social que conciliem uma maior flexibilidade e segurança para os trabalhadores, nomeadamente em

mercados de trabalho tão incertos, nos quais a rotação é algo normal e o trabalho por projeto é predominante (Borges & Costa, 2012).

O RBI, embora não seja a única solução, enquadra-se na resposta a muitas destas necessidades. É crucial ponderar sobre políticas de proteção social mais consistentes, nomeadamente à medida que este se expande para outros setores da economia e se torna mais visível e politicamente relevante (Borges & Costa, 2012).

4. O RBI no Quadro das Políticas Públicas e da sustentação ideológica

A discussão em torno do RBI é vasta e defendida por diferentes ideologias políticas tanto de esquerda como de direita, convergindo na ideia de que a medida de política pública oferece uma rede de segurança ao distribuir de forma mais igualitária a riqueza em forma de pagamento direto aos indivíduos (Bidadanure, 2019). As raízes da ideia estão muitas vezes associadas ao anarquismo ou socialismo, contudo, é também defendida de um posto de vista neoliberal, salientando a participação de Friedman na discussão ao sugerir um IRN (Bidadanure, 2019). O economista acreditava que o IRN possibilitaria um apoio económico sem influenciar os mecanismos de mercado e o sistema de preços vigentes, reduzindo, assim, a participação do Estado de forma paternalista e burocrática, ao evitar a sua intrusão na decisão de quem deve receber ou não assistência social (Friedman, 2013).

Os defensores do RBI apresentam-se maioritariamente como humanistas que valorizam princípios universais, algo que está bastante distante da política prática do dia a dia. Contudo, para que o RBI se torne uma realidade exequível enquanto política, é necessária uma reestruturação para que possa entrar no mundo do *realpolitik*, de modo a alinhar-se com as diferentes forças políticas e as ideologias existentes (De Wispelaere, 2015).

As principais críticas dos apoiantes de um RBI centram-se muitas vezes no formato das transferências sociais existentes, como o seu direcionamento, condições, exigências de trabalho, generosidade limitada e a sua natureza natural restrita, que é exatamente tudo o que vai contra o RBI. (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Para compreender melhor o RBI enquanto um instrumento de proteção social é crucial compreender como diferentes ideologias abordam a política.

Neste sentido, é importante compreender que atribuir um quadrante político ao RBI é no mínimo complicado, uma vez que qualquer ideologia tem os seus apoiantes e opositores da medida de política pública. No quadrante da direita, constituído por partidos pró-mercado e conservadores, denota-se uma tendência negativa face a política devido ao seu caráter redistributivo, preferindo apoios sociais condicionados (Lindert & Vincensini, 2010). Esta tendência tem-se vindo a inverter ligeiramente como resposta às mudanças sentidas no mundo do mercado, afetando a sua ordem tradicional e consequentemente a família (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Ainda no espectro mais à direita, partidos com inclinações neoliberais têm demonstrado interesse no RBI, fundamentando-o na crescente automação no trabalho e nas taxas de

desemprego. Esta perspectiva alicerça-se numa proposta de desmantelamento de apoios sociais assegurados pelo Estado de bem-estar social (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Esta abordagem é particularmente notável nos Estados Unidos da América, onde apoiantes do RBI sugerem financiá-lo ao eliminar vários programas de apoio social, nomeadamente a segurança social, seguros de assistência médica, subsídios habitacionais e em diversos apoios de precariedade económica, como na grande maioria dos subsídios e apoios garantidos num Estado-providência (Murray, 2016).

Mais ao centro, os sociais-democratas e os representantes de trabalhadores organizados tendem a ter visões céticas e contrárias entre eles sobre o RBI. Embora vejam a medida de política como um avanço positivo para um Estado de bem-estar social universalista que apoiam e que garante uma total inclusão, expressam algumas preocupações com o impacto que o RBI pode ter no valor do trabalho e nos princípios retributivos enraizado nos seus pressupostos ideológicos (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). No que diz respeito aos sindicatos, existe o receio de perderem a sua influência política na negociação de salários e condições no trabalho devido à natureza incondicional do RBI e a possibilidade de este reduzir o valor dos salários. Estes partidos temem ainda um desmantelamento mais amplo de políticas públicas instituídas e testadas, de instituições e até mesmo de princípios sociais, preocupações que são amplamente agravadas pelas propostas neoliberais (De Wispelaere & Yemtsov, 2020).

Os partidos nacionalistas e de extrema-direita geralmente não demonstram interesse em políticas de apoio social, nem a adoção de um modelo de Estado-providência, o que condiciona a sua posição face o RBI. Este é apenas mobilizado para incitar o conflito e ganhar influência política com o seu discurso radical (De Wispelaere & Yemtsov, 2020).

À esquerda do quadrante existe uma atitude contraditória ao RBI. Por um lado, atua como uma emancipação dos trabalhadores ao eliminar a sua necessidade de vender a sua mão de obra (Wright, 2020). Por outro lado, o RBI pode criar uma perceção falsa de justiça social e agravar as desigualdades, possibilitando que a oligarquia aumente a exploração humana (Piketty, 2016). No entanto, muitos partidários de esquerda demonstram uma atitude positiva, visto que é a única solução que encontram face os problemas do capitalismo (Goodman, 2017).

De todos os partidos políticos, os que mostram um maior interesse no avanço do RBI e que mais contribuem para a sua discussão são os partidos ecológicos. Na sua perceção, o RBI pode atuar positivamente na transição social de valores nos hábitos de consumo e, conseqüentemente, nos elevados níveis de atividade económica, possibilitando um maior papel do Estado na proteção do meio ambiente (De Wispelaere & Yemtsov, 2020).

Compreende-se que o RBI pode ser mobilizado de diferentes formas e, uma vez modificado e adaptado, pode ser integrado em qualquer quadro ideológico como forma de facilitar a transição no trabalho, acumulação de capital humano e distribuição da riqueza (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Assim, torna-se essencial examinar as diferentes transformações que o RBI pode desencadear enquanto medida de política na

sua implementação, já que importa garantir uma congruência com as suas finalidades ao nível operacional e administrativo. Neste sentido, é crucial garantir a eficácia da medida de política em relação aos seus objetivos, nomeadamente no que concerne às suas preocupações negativas, como a possível diminuição na participação no mercado de trabalho, a pressão sobre os salários e um aumento na inflação (Meyers, Riccucci & Lurie, 2001).

O sucesso de uma medida de política desta dimensão depende também da sua resiliência e capacidade de adaptação face às mudanças e obstáculos que encontra, de modo a atingir os novos objetivos e atores sociais (Streek & Thelen, 2005). A universalidade do RBI é uma incógnita em termos de resultados, podendo influenciar a eficácia do seu objetivo de redistribuição económica e direcioná-lo para uma abordagem mais centrada no mercado de trabalho, assegurando assim a arquitetura de apoios sociais e uma maior monitorização e incentivo ao emprego (Calnitsy, 2016).

A incerteza dos resultados e impactos do RBI exige a sua implementação a um nível reduzido, mas crescente, de modo a conseguir ser implementado nos países com redes sociais mais abrangentes e que estão institucionalmente estruturados para lidar com as alterações que a medida de política pública vai causar (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Neste tipo de casos, é necessário fazer algumas alterações aos esquemas de proteção social existentes, de modo a universalizá-los (Van Parijs & Vanderborght, 2017). Os riscos políticos associados a esta medida prendem-se com a redução e eliminação de algumas políticas públicas que garantem proteção social a indivíduos e famílias mais vulneráveis, nomeadamente se substituir políticas essenciais. A interação do RBI com estas políticas pode, deste modo, condicionar os seus resultados e consequentemente reduzir o seu apoio (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Um dos principais riscos está também associado à estagnação do valor recebido, porque, independentemente do seu sucesso, este continua dependente de outros fatores económicos e compete com outros apoios sociais que necessitam de sustentação financeira (Desai and Kharas, 2017).

Neste sentido, é vital que um RBI alcance efetivamente os objetivos propostos, nomeadamente realizar uma redistribuição económica significativa entre aqueles que se encontram no topo da distribuição de rendimento e o resto (Gourevitch & Stanczyk, 2018). A decisão de adiar a implementação do RBI, optando, em vez disso por realizar experiências em pequena escala, pode proporcionar uma compreensão mais aprofundada das suas dimensões e implicações. Contudo, essa abordagem também implica atrasar uma decisão sem um verdadeiro comprometimento político (De Wispelaere & Yemtsov, 2020).

5. Análise de experiências de RBI

O exemplo mais referido como experiência de RBI é o “Alaska Permanent Fund”. Desde 1982, todos os residentes no Alasca têm direito a receber um pagamento anual do Estado. Para se qualificarem, os indivíduos

realizam um pedido anual, que deve preencher os critérios de residência e possuir um cadastro com nenhuma condenação criminal grave recente. No entanto, o valor não é algo estável nem suficiente para subsistir e atender todas as necessidades básicas (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). Apesar disso, o fundo conquistou um amplo apoio público que atravessa divisões demográficas, socioeconômicas e políticas, optando por um favorecimento dos impostos em detrimento de encerrar os pagamentos (Isenberg, 2017).

O programa contribuiu para a redução dos níveis de pobreza e desigualdade, situando-se entre os mais baixos do país. Além disso, estimulou a economia, criando mais de 7.000 empregos e 1,1 bilhão de dólares em vencimento individual, isto sem reduzir o emprego nem criar inflação (Jones & Marinescu, 2018). É de salientar que, apesar dos preconceitos como a crença de que o RBI pode reduzir a motivação para trabalhar ou o número de horas trabalhadas, as evidências indicam que o trabalho a tempo parcial aumentou em 1,8% (Jones & Marinescu, 2018). O dividendo contribuiu ainda para atrair mais de 12.000 imigrantes, aumentando a população (Goldsmith, 2012).

O início do *boom* mineiro na Mongólia no início dos anos 2000 resultou num grande crescimento econômico do país. Antes das eleições de 2008, os partidos políticos competiram com diversas promessas de transferências de dinheiro para a população, como forma de distribuir de forma equitativa a riqueza mineral do país (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). O primeiro orçamento para estas transferências universais fixou-se em 89 dólares por cidadão ao longo do ano. No entanto, ao contrário do modelo do Alasca, este montante baseou-se em promessas eleitorais, tornando o financiamento suscetível a várias flutuações. Após a primeira fase do pagamento em 2010, as transferências foram-se atrasando e reduziu-se o valor para 17 dólares por pessoa (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020). Apesar das dificuldades, o programa conseguiu ter resultados significativos, reduzindo a pobreza em um terço, diminuindo a desigualdade e elevando a Mongólia ao mais alto nível de inclusão financeira entre os países de rendimento médio (Gentilini, Grosh & Yemtsov, 2020).

A pesquisa nesta área revela os benefícios de uma política sem o risco de exclusão social (Calnitsky, 2016). A experiência do “Míncome” na região de Manitoba, no Canadá, proporciona um relato qualitativo de uma experiência de RBI, permitindo uma análise das vivências individuais além dos simples registos numéricos (Calnitsky, 2016). Um ponto de destaque crucial desta experiência é a sua natureza universal, alinhada com um dos princípios base valorizados pelo RBI. Isso provocou uma mudança na percepção, escapando à conceção pré construída de assistência social. O estudo conclui que a eliminação do estigma social é fundamental para o bem-estar moral dos indivíduos. Neste sentido, a experiência contribui para proporcionar benefícios sem impor barreiras à inclusão na comunidade, graças à sua abordagem universal (Calnitsky, 2016).

As primeiras experiências de RBI do século XXI foram realizadas na Namíbia (2008-2009) e na Índia (2011-2013), marcando uma mudança significativa em relação às experiências de 1970. Estas experiências, financiadas por instituições privadas, concentraram-se no RBI ocorrendo em contextos políticos de menor destaque e mais desafiantes, caracterizados por níveis mais profundos de pobreza (Widerquist, 2018). O estudo

realizado na Namíbia apresentou resultados promissores, destacando as reduções significativas de situações de pobreza, desnutrição infantil, endividamento familiar e de criminalidade. Além disso, observaram-se aumentos notáveis na atividade econômica, no acesso à saúde e na participação escolar. Contrariamente às expectativas, não se verificou um aumento no consumo de álcool entre os beneficiários do RBI, uma questão fundamental discutida nas conclusões do “Mincome” (Widerquist, 2018).

Estes primeiros ensaios apresentaram diferenças notórias em relação às experiências anteriores do IRN. Uma descoberta de grande importância foi a resposta positiva no esforço de trabalho, indicando um aumento na atividade laboral entre os beneficiários do RBI. Na Namíbia, observaram-se também reduções significativas na pobreza e criminalidade, enquanto na Índia constaram-se melhorias na saúde e na educação. Os resultados foram divulgados amplamente e deram visibilidade ao RBI (Standing, 2013).

O dinheiro ao perder o seu valor simbólico, devido à sua universalidade, cria fenômenos de equidade entre os indivíduos, sendo exemplo disso a experiência de RBI na Índia (Graeber, 2018). Foi observado que durante a experiência as pessoas do sexo feminino recebiam a mesma quantidade de alimentação que as pessoas do sexo masculino, contrariamente ao que acontecia antes da experiência. Os mesmos impactos positivos foram sentidos no caso de pessoas com deficiência, sendo melhor aceitas dentro da sua comunidade (Davalá *et al.*, 2015). Os resultados foram mais visíveis nas adolescentes do sexo feminino que abandonaram por completo a convenção social das mulheres serem tímidas e modestas, começando a circular e a interagir mais na esfera pública como os adolescentes do sexo masculino (Davalá *et al.*, 2015).

Experiências mais recentes de RBI, como é o caso do Stockton Economic Empowerment Demonstration (SEED), na cidade de Stockton na Califórnia, demonstram igualmente um impacto positivo no bem-estar individual e no estigma associado aos apoios sociais, nomeadamente no que toca à saúde mental dos indivíduos que participaram na experiência (West *et al.*, 2021).

Para que um RBI funcione enquanto experiência, é necessário que seja uma quantia significativa e que efetivamente realize uma distribuição substancial da riqueza dos indivíduos com maior rendimento para os com menor, o que implica um aumento expressivo nos impostos sobre o rendimento dos primeiros (Gourevitch & Stanczyk, 2018). No entanto, a realidade política em muitos países sugere que os ricos têm uma influência desproporcional no processo político, tornando a promessa do RBI utópica (Gourevitch & Stanczyk, 2018). Alguns investigadores argumentam que o RBI é uma realidade possível de alcançar, mesmo que parta de um valor acordado modesto, destacando os retornos políticos positivos dos impactos do RBI que podem sustentar progressos para um valor mais significativo (Calnitsky, 2017). Contudo, os países que até agora introduziram versões do RBI, como é o caso da Mongólia e do Irão, assistiram a uma redução do seu valor em vez do contrário esperado (Wispeleare & Yemtsov, 2020).

As experiências existentes evidenciam que não existem ainda dados suficientes para avaliar o impacto negativo do RBI no emprego (Neves, 2024). Isto está largamente associado às limitações

inerentes das próprias experiências, nomeadamente o rendimento aferido e a curta duração das mesmas, como também o facto de o emprego ser, em si, um meio de inclusão social. O RBI pode ainda reduzir as barreiras para o acesso ao emprego em diversos casos, resultando num impacto positivo no emprego (Neves, 2024).

A acrescentar às conclusões retiradas das experiências, observou-se uma ausência de estigmatização associada ao dinheiro incondicional, contrastando com o que se sucede em relação aos mecanismos existentes de assistência social que tendem a reforçar esse fenómeno (Neves, 2024).

Após o enquadramento teórico, conclui-se que, embora existam diferentes perspetivas em relação ao RBI, a literatura demonstra que ele pode desempenhar um papel crucial na mitigação da pobreza e desigualdade económica. Neste sentido, o RBI tem o potencial de fortalecer o mercado de trabalho ao empoderar os trabalhadores e ajudar a combater a precariedade no trabalho. No entanto, continuam a existir desafios à sua implementação, nomeadamente no que diz respeito à sua implementação prática e aos preconceitos políticos enraizados sobre as suas implicações no trabalho e na assistência social.

II Metodologia

Este trabalho tem como principal objetivo compreender de que forma o RBI poderia contribuir para mitigar situações de precariedade no mercado de trabalho, analisando a perspectiva de três perfis de atores sociais. A concretização dos objetivos da investigação e a resposta à pergunta de partida, foi adotada uma metodologia assente na realização de um conjunto de entrevistas dirigidas a três grupos distintos: políticos, investigadores e profissionais das artes. Este foco multifacetado visa proporcionar uma compreensão aprofundada e abrangente das representações acerca do potencial impacto do RBI, considerando diversas perspetivas e contextos específicos. O objetivo é capturar as perceções e experiências dos entrevistados, enriquecendo assim a compreensão global do potencial papel do RBI na transformação do estigma associado à assistência social e na mitigação da precariedade no trabalho.

Foi adotada uma abordagem qualitativa de recolha e análise de dados, através da elaboração de entrevistas direcionadas a figuras políticas de variados quadrantes ideológicos, investigadores na área do RBI com diferentes perspetivas e profissionais do mundo das artes, o que permitiu uma aprofundada e contextualizada compreensão das experiências e expectativas dos entrevistados.

Embora todos os métodos de investigação apresentem vantagens e desvantagens, os métodos qualitativos possibilitam uma compreensão mais aprofundada do contexto, das perspetivas e das experiências dos participantes (Alsaawi, 2014). Ao recolhermos as suas perspetivas sobre as suas vivências, é possível entender melhor os seus comportamentos e respostas em situações específicas ou em resposta a estímulos particulares (Alsaawi, 2014).

As entrevistas possibilitam a exploração detalhada das experiências e opiniões dos participantes, permitindo a contextualização dessas mesmas experiências através da informação sobre o contexto social, político e económico em que estão inseridos.

A constituição de três perfis de entrevistados, com base em características específicas visa abranger uma ampla gama de perspetivas sobre o RBI. Os políticos atuam como participantes chave, que trazem consigo uma experiência prática e conhecimento sobre a formulação e implementação de políticas e a legislação de medidas específicas, nomeadamente as que estão relacionadas com a assistência social e o emprego. Dada a natureza ideológica do RBI, entrevistar políticos permite também explorar as diferentes ideologias que influenciam a aceitação ou rejeição da implementação da política, sendo que a recente politização do tema é relevante para compreender como cada ideologia mobiliza e influencia a política, capturando as nuances envolvidas na sua implementação e avaliação (Wispelaere & Yemtsov, 2020).

As entrevistas a investigadores na temática do RBI, permitem uma recolha de conhecimento especializado acerca do tema e dos seus possíveis impactos, uma vez que os investigadores possuem

uma perspectiva fundamentada na investigação científica, e, logo, uma análise crítica baseada em evidências.

Os profissionais do mundo das artes foram selecionados devido à natureza precária do trabalho de um conjunto bastante relevante de pessoas e à sua dependência de apoios públicos, tornando as suas experiências a sua perspectiva pertinente sobre o modo como o RBI pode afetar diretamente um setor vulnerável. Além disso, permite que estes profissionais ofereçam perspectivas únicas sobre o impacto do RBI não apenas nas condições de trabalho, mas também na expressão artística e cultural (Borges, 2003).

O grupo de políticos entrevistados é composto por cinco indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 22 e os 71 anos e de diferentes partidos. Entre os entrevistados encontram-se três militantes, um ex-ministro do trabalho e um deputado, distribuídos entre os partidos Iniciativa Liberal, Partido Socialista, Partido Social-Democrata, Bloco de Esquerda e Livre. Esta diversidade de funções permitiu uma análise de diferentes visões sobre o RBI, partindo de diferentes papéis institucionais e níveis de influência política.

No grupo de investigadores, foram entrevistados dois indivíduos do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades entre os 28 e os 52 anos. Dois dos entrevistados são especialistas na área do RBI e o terceiro investiga a precariedade no mercado de trabalho.

O grupo de profissionais das artes entrevistados inclui duas pessoas do sexo feminino e uma do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 29 e os 61 anos. Este grupo é composto por um coreógrafo com 40 anos de experiência na sua área, uma atriz com 30 anos de carreira e um comediante com 2 anos de experiência. Todos os artistas revelaram enfrentar dificuldades económicas, sendo que alguns já pensaram em desistir da profissão. A maioria já trabalhou com contratos temporários, demonstrando preocupação na falta de segurança financeira e na irregularidade de projetos. A escolha deste grupo deve-se, assim, ao fato de as suas trajetórias profissionais exemplificarem a precariedade no setor artístico.

Estas características específicas contribuíram para abordar a pesquisa de maneira holística, incorporando diversas perspectivas e experiência, de modo a obter uma compreensão mais rica e contextualizada do impacto do RBI nas áreas de estudo propostas.

Os participantes foram selecionados com base na sua acessibilidade e relevância para o tema da pesquisa. Este tipo de amostra prioriza indivíduos que possam fornecer informações ricas e significativas sobre o fenómeno estudado, mesmo que não seja representativo da população em geral (Alsaawi, 2014).

A condução de entrevistas direcionadas pretendeu maximizar a relevância e a especificidade das respostas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente do impacto do RBI nos

grupos de entrevistados selecionados. Esta abordagem permite uma análise completa das complexidades envolvidas no contexto do estudo (Kiger & Varpio, 2020).

Todos os participantes receberam o documento de consentimento informado pelo menos 24 horas antes da entrevista, com o propósito de esclarecer e fornecer as considerações éticas do estudo. O documento esclarece questões relativamente à gravação do áudio da entrevista para posterior transcrição e análise dos dados, a confidencialidade e anonimato das informações fornecidas e a eliminação das gravações após o fim do estudo. Foi também destacada a possibilidade de desistência a qualquer momento, independentemente da fase em que se encontrasse e sem necessidade de prestar uma justificação. O consentimento informado refere ainda os objetivos do estudo e a estimativa da duração da entrevista, disponibilizando os contactos dos envolvidos para eventuais dúvidas ou preocupações relacionadas com a investigação.¹

As questões iniciais da entrevista prenderam-se com o objetivo de obter dados sociodemográficos de cada participante, tais como sexo, idade, situação laboral, foram questões mais gerais e feitas a todos os entrevistados. Após estas questões, foram colocadas perguntas específicas destinadas a cada um dos três grupos definidos, de modo a extrair informação mais rica e significativa que responda às questões levantadas com a revisão bibliográfica.

Antes de iniciar a entrevista, recapitularam-se todas as informações já descritas no consentimento informado, permitindo aos participantes que esclarecessem eventuais questões. Após a obtenção do consentimento verbal, deu-se início à entrevista, informando os participantes de que a partir daquele momento a entrevista seria gravada. No fim da entrevista, os participantes foram convidados a partilhar informações adicionais ou fazer perguntas sobre o momento. Após a entrevista, enviou-se o *debriefing* do estudo aos participantes, agradecendo a sua participação e fornecendo contactos para eventuais questões. Os documentos enviados aos participantes (i.e., consentimento informado e *debriefing*) seguiram os modelos disponibilizados pela Comissão de Ética do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. De modo a garantir a segurança e minimizar os riscos para os participantes, tanto os ficheiros de áudio como as transcrições, totalmente anonimizadas, foram acedidos exclusivamente pelo investigador.

A recolha de dados terminou quando foi atingida a saturação teórica e se observou uma redução no número de novos conceitos durante as entrevistas, indicando que recolher mais informação não seria útil para responder aos objetivos da investigação (Rowlands et al., 2016). Deste modo, não houve a necessidade de recrutar mais participantes. A recolha dos dados decorreu entre os meses de maio e agosto de 2024.

¹ Anexo B: Consentimento Informado

A análise do conteúdo é utilizada para identificar, conceptualizar e quantificar os conceitos presentes na recolha de dados. Neste estudo, optou-se por uma abordagem mista, que integra elementos de uma abordagem dedutiva e indutiva, mobilizando os temas identificados na literatura como ponto de partida, mas mantendo-se em aberto a possibilidade de emergirem novos temas e informações relevantes que respondam às questões da pesquisa (Elo & Kyngäs, 2008).

De acordo com os autores Kiger e Varpio (2020), a análise temática de entrevistas tem como objetivo identificar e analisar padrões existentes nos dados, de modo a formular temas que ajudem a organizar a informação recolhida. Segundo os autores é possível identificar seis fases distintas pelas quais decorre o processo de análise dos dados qualitativos recolhidos, que serão descritas seguidamente e complementadas com o meu trabalho (Kiger & Varpio, 2020).

A primeira fase da análise consistiu numa familiarização com os dados obtidos através da transcrição das entrevistas individuais realizadas, considerando as diferentes perspetivas entre grupos, mas também a um nível mais individual e tendo em conta os significados atribuídos às questões. A transcrição teve em atenção a pontuação congruente do discurso, expressões verbais e físicas (e.g., risos ou respiração). Após a primeira fase de transcrição as entrevistas foram lidas de modo a identificar padrões existentes no discurso do entrevistado.

De seguida, criaram-se alguns códigos iniciais com base nos dados analisados e relevantes para os objetivos da investigação. Desta forma, iniciou-se a análise das transcrições com recurso ao software MAXQDA² enquanto se criavam os primeiros códigos e se procurava informação importante para responder às questões da investigação. Posteriormente foram identificados e definidos temas e subtemas, nos quais os códigos iniciais foram organizados, agrupando-os em categorias de acordo com as relações encontradas nos dados analisados.

Na quarta fase, foi realizada a revisão dos temas, de modo a confirmar que a informação descrita era coerente e respondia às questões de investigação formuladas, sendo que no fim desta etapa foi possível consolidar alguns temas na sua versão final.

Na quinta fase procedeu-se à definição e nomeação dos temas e subtemas identificados, considerando os dados e a sua interpretação à luz das informações obtidas e do contexto de cada participante.

Por fim, na última fase, os dados foram descritos e analisados de acordo com base nas informações recolhidas, resultando na apresentação dos resultados.

² Anexo C: Grelha de Codificação MAXQDA

III Resultados

1. Perceções relativamente ao RBI: O que referem os atores sociais

Este capítulo versa a discussão dos dados recolhidos através das entrevistas realizadas, onde serão então apresentados os resultados apurados através de uma análise temática. Os resultados foram organizados e divididos pelos três diferentes grupos que me propus a entrevistar: (1) Políticos; (2) Investigadores; (3) Profissionais do mundo das artes.

A estrutura deste capítulo começa por apresentar as perceções e preocupações sobre o RBI de cada um dos grupos. Através da análise temática identificaram-se categorias que convergem e divergem entre os três grupos, sendo estas exploradas na discussão dos dados. Isto permitiu uma compreensão mais aprofundada e crítica da informação recolhida, que é posteriormente relacionada e discutida com os eixos teóricos definidos na revisão da literatura.

Políticos

Dificuldade em Discutir o RBI Politicamente

A posição ideológica de cada partido é de extrema importância para compreender os diferentes tipos de RBI sugeridos as vantagens e obstáculos levantados, mas acima de tudo os receios relativamente à medida de política, sendo salientado por todos os políticos entrevistados e o único ponto em que todos concordam seja a inviabilidade financeira da sua implementação (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Os obstáculos apontados pelos diferentes partidos estão condicionados pela sua ideologia, divergindo em tópicos como o impacto no trabalho e no Estado Social, sendo sempre mencionado o maior obstáculo político que não permite avançar a discussão, o seu financiamento.

Os partidos que se situam à esquerda no quadrante ideológico tendem a não ser favoráveis ao RBI devido ao caráter universal da medida, uma vez que pode ter um impacto no valor no trabalho, agravando as desigualdades sociais (Piketty, 2016): “(...) *para o Bloco, é um bocado uma não questão. Porque o Bloco vê o RBI um bocado como uma contribuição social, eu não diria desnecessária, mas há uma posição de ok, nós queremos dar mais apoios sociais. Mas esses apoios sociais, na perspetiva do Bloco, é sempre de dar apoios sociais a quem tem menos.*” (Bloco de Esquerda).

No centro-esquerda é algo pouco apoiado devido ao envolvimento político do partido no desenvolvimento do estado social e no desenho de políticas que combatem a pobreza, vendo o RBI como algo desnecessário ao que já foi criado: “*Se nós levarmos a ambição de combate à pobreza através de mecanismos como o rendimento mínimo, estamos a aproximar-nos do efeito do rendimento básico em funcional, ainda que não estejamos a seguir o seu corpo doutrinário, porque seria sempre algo dirigido a setores mais fragilizados.*” (Partido Socialista).

O centro-direita não se mostra favorável à medida, uma vez que não acredita na capacidade de a financiar e receia os possíveis impactos no mercado de trabalho: *“Acho que não somos um país preparado para isso, em termos de setor produtivo, que ajudaria sempre a compensar uma medida que tem um peso muito grande, em termos de orçamento e em termos de compensação.”* (Partido Social Democrata).

Ao centro do quadrante ideológico, o receio generalizado relaciona-se com a interação do RBI com algumas políticas que poderiam ser complementares que foram alcançadas com o Estado Social: *“Como é que se relaciona com outras prestações sociais, monetárias ou em espécie. E como é que a sociedade aceitaria um crescimento das contribuições para garantir um reforço da dimensão distributiva.”* (Partido Socialista). Neste sentido, existe ainda o receio político de não ser uma medida aceite devido à falta de unanimidade em conceber um RBI que agrade a todos os partidos: *“Ou seja, impedir que ela seja bloqueada pelo veto político, que é o que aconteceria agora. Sem muitas dúvidas, se nós tivéssemos uma intervenção generalizada sobre se as pessoas tinham direito de não trabalhar a um rendimento básico, a maioria das pessoas diria que não.”* (Partido Socialista).

O partido liberal em Portugal não tem uma posição bem definida relativamente ao RBI, sendo que a maioria dos membros do seu partido se mostra contra a sua implementação: *“O nosso partido não tem uma posição oficial sobre o tema, isto é, não está nos nossos programas políticos nada contra o RBI, concretamente, mas já alguns dos nossos dirigentes assumiram algumas posições contrárias à implementação da medida e que acho que é, no fundo, aquilo que é a posição liberal, ser contra medidas também muito experimentais e não experimentadas.”* (Iniciativa Liberal).

Este partido não apoia a ideia de um RBI, corroborando o receio dos partidos mais à esquerda no quadrante ideológico, uma vez que defende alternativas de RBI contrárias às propostas mais habituais: *“(…) a negativa de income tax seria uma boa forma potencial de discutirmos isto de uma forma mais alargada, e incluir os liberais também nessa discussão.”* (Iniciativa Liberal).

O partido receia ainda que uma medida de política pública como o RBI possa ter um impacto negativo na produtividade e na motivação para trabalhar, resultando numa injustiça relacionada com o mérito: *“(…) eu acho que o RBI, de certa forma, pode desincentivar ao trabalho, à procura de emprego. Parece-me mais ou menos básico que alguém que não receba qualquer rendimento, tem o problema de quem recebe rendimento vai receber um rendimento extra, e que é injusto socialmente, injusto de alguma forma, que cria essa injustiça.”* (Iniciativa Liberal).

Como se pode observar, a posição ideológica de cada partido tem um grande impacto na forma como concebem o RBI, seja se o aceitam ou não, seja nas diferentes especificidades e tipos que este pode tomar: *“Dizer que se defende um RBI sem se definir o que é o RBI, é como se dizer que se quer ter um felino em casa sem dizer se esse felino é um gato ou é um tigre.”* (Livre).

Em Portugal o único partido que apoia totalmente o RBI é o Livre, ainda que manifeste alguns receios na sua aplicação, nomeadamente por que via este é administrado, existindo um receio ideológico num RBI liberal: “(...) no Livre, que defende um RBI de esquerda, passa por mais nesta fase por convencer os restantes partidos de esquerda a aceitar a ideia para quando o debate do RBI entrar, entre pela esquerda e seja feito pela esquerda.” (Livre).

Por fim, um obstáculo mencionado por todos os partidos prende-se com a questão do financiamento do RBI, no entanto, o único partido em Portugal que defende o RBI afirma que existe um problema ainda maior relacionado com a cultura: “É muito dos financeiros, certamente como financiar o RBI, mas no presente até acho que mais do que isso é o o, a alteração, quase filosófica ou mental do nosso quadro psicológico coletivo, que associa muito a atribuição de um rendimento a uma atividade laboral” (Livre).

Necessidade de medidas de política complementares

A discussão em torno do RBI remete para receios dos dois lados dos quadrantes, o que conduz à discussão da necessidade políticas complementares, sobretudo no que toca em manter políticas sociais já existentes criados pelo Estado Social.

Os partidos que se situam mais ao centro mostram uma preocupação em conseguir conciliar todos os avanços sociais com o RBI a nível económico: “(...) acho difícil compatibilizar um rendimento básico de cidadania com a existência de mínimos sociais generalizados, como são o direito à educação, o direito à saúde, um conjunto de rendimentos sociais que têm um custo, e que constitui o rendimento de muita gente.” (Partido Socialista).

Neste sentido, partidos mais à esquerda temem que a implementação do RBI sem políticas que o complementem levem a uma agravação de algumas condicionantes que envolvem alguns cidadãos: “Agora, preocupa-me se o rendimento básico e incondicional poderia ser aplicado como um substituto do RSI, isso eu já não concordo tanto, porque eu acho que tem que mesmo que haja rendimento básico, tem de haver um apoio suplementar às pessoas que de facto não conseguem obter rendimentos, por exemplo, através do trabalho, ou não conseguem estar integrados num mercado de trabalho, ou têm demasiadas dificuldades que não lhes permitem aferir esse tipo de rendimento.” (Bloco de Esquerda).

Caso fosse exequível complementar o RBI com outras políticas sociais, o partido Liberal considera que o RBI poderia ter efeitos positivos no que diz respeito à precariedade do trabalho: “(...) se fosse só para aquilo e o resto mantivesse constante, teria esse efeito. Na precariedade do trabalho poderia ter um efeito positivo e nem isso é assim tão claro.” (Iniciativa Liberal).

Rede de segurança e empoderamento dos trabalhadores

De um modo geral todos os membros de partido entrevistados tendem a concordar com a capacidade emancipatória do trabalho que o RBI pode ter caso seja aplicado com políticas sociais complementares, uma vez que: “(...) *quando a pessoa tem uma reta guarda de rendimento assegurada, torna-se, tem um poder negocial maior.*” (Partido Socialista).

A precariedade é um fenómeno multidimensional que pode afetar de diferentes formas até pessoas empregadas, neste sentido: “(...) *o RBI tem a ideia de ficarmos menos dependentes de um trabalho, de podermos ter eventualmente momentos em que possamos despedir-nos de um trabalho com alguma segurança sem termos, por exemplo, um plano.*” (Partido Social Democrata).

Alguns partidos acreditam inclusive que o RBI pode ser mais do que uma rede segurança no trabalho, podendo ser também: “(...) *uma rede de segurança contra a pobreza, portanto, uma rede que seguraria todos e que evitaria que se chegasse a um Estado de pobreza.*” (Livre). Neste sentido, salienta-se a universalidade do RBI, visto que não serve somente pessoas desempregadas e pode ser vantajoso sobretudo para quem está empregado: “(...) *é para aqueles que já estão empregados, dá lhes mais poder negocial de voz ou até de saída do seu emprego para um outro emprego, aqueles que querem arriscar, criar o seu próprio negócio.*” (Livre).

Alguns partidos defendem que a criação de uma rede de segurança e o consequente empoderamento dos trabalhadores contribui também para uma *destigmatização* de outro tipo de políticas complementares que combatem a pobreza: “(...) *as pessoas sentem naturalmente, com alguma naturalidade, sentem alguma vergonha de passar dificuldades, e eu penso que a maior vantagem do rendimento básico e incondicional fosse esse desagrar de terem, efetivamente, de mostrar aquilo que têm, ou que neste caso que não têm.*” (Bloco de Esquerda).

Investigadores

Receio da Ideologia Neoliberal e do Fim do Estado Social

Um tema recorrente salientado nas entrevistas prende-se com a ideologia neoliberal, sendo referido que, com a implementação de um RBI sob uma agenda liberal, poderá ter um impacto negativo de desmantelamento de outros apoios sociais existentes já conquistados nos Estados de bem-estar social:

“Entender que o financiamento de RBI ele pode significar uma, não só uma acentuação do individualismo na sociedade e que eu acho que caminham no sentido contrário do comunitarismo que é importante que a gente almeje. É, mas também pode causar o desfinanciamento, não é? O defunding de outras políticas sociais que são importantes. Então é, eu tenho receio de um RBI que venha com esse verniz, não é? Individualista liberal, apesar de que a gente tem em mente a individualidade e a gente acho que não pode ter individualidade como objetivo supremo.” (Investigador 1).

Os investigadores expressaram as suas preocupações relativamente a um RBI aplicado por Partidos que se situam mais à direita no espectro ideológico e de como uma medida de política pública desta envergadura poderia ser mobilizado como justificação para cortar subsídios e programas sociais existentes, exacerbando as desigualdades sociais: *“Se vem do campo mais liberal, direita liberal é no sentido provavelmente de uma intensificação da mercadorização, nomeadamente a mercadorização dos serviços.”* (Investigador 3)

Necessidade de Políticas Complementares

Face a este receio de diferentes tipos de RBI que é condicionado pelas diferentes ideologias, um tema que foi central nas entrevistas foi a necessidade de existirem políticas concorrentes que possam mitigar os receios e lacunas associados ao RBI: *“Mas o RBI tem que coexistir com políticas públicas fortes de apoio a determinados a a, a bens que nós achamos essenciais, saúde, educação, habitação.”* (Investigador 1). Os investigadores salientaram que o RBI, por si só, não é uma solução para todos os problemas socioeconómicos existentes: *“Desde quando é que nós precisamos só de uma política pública, para fazer o que quer que seja.”* (Investigador 2). É essencial que o RBI seja implementado em conjunto com outras políticas sociais e económicas que garantam um sistema social de apoio mais abrangente e eficaz, de modo a não acentuar os problemas existentes:

“É pensar que se esse rendimento básico não for um rendimento básico suficiente, se não for um rendimento básico que esteja acompanhado de outras políticas, não é? Que caminhe no sentido comunitário, ele pode acabar, enfim, acentuando outros problemas que nós temos hoje.” (Investigador 1).

Precriedade no Mercado de Trabalho

Os investigadores apontaram também para as fragilidades e falhas do mercado de trabalho atual, que começa a ser caracterizado por uma crescente automação, mas sobretudo por empregos temporários e um aumento no trabalho informal e mal pago: *“Existe um descontentamento enormíssimo com o trabalho por razões óbvias. Porque ele é precário, mal pago e muitas vezes, domina a nossa vida de uma maneira que não devia ser permitido.”* (Investigador 1). Estas condições tornam a precariedade cada vez mais numa constante, levando a uma grande insegurança económica para muitos trabalhadores:

“A precariedade é um conceito bastante multidimensional, não é? E que não pode ser reduzido à sua, meramente à sua dimensão laboral, embora obviamente ela é uma dimensão fundamental na verdade e que estão na origem depois de outras dimensões.” (Investigador 3).

Ao destacarem a natureza fragmentada e incerta do mercado de trabalho, salientam o RBI como uma possível solução, fornecendo uma rede de segurança financeira aos trabalhadores ao adereçar os

problemas e impactos negativos das transformações no mercado de trabalho: “O RBI garante-te uma, lá está uma rede de segurança que os trabalhadores precários neste momento não têm.” (Investigador 2).

Rede de Segurança e Empoderamento

Os entrevistados definiram a precariedade no trabalho como algo multidimensional, caracterizado pela falta de segurança no emprego, baixos salários e ausência de benefícios sociais. Os investigadores destacaram então o possível papel do RBI como algo crucial na redução da precariedade, fornecendo uma rede de segurança financeira que empodera o trabalhador e lhe permite procurar oportunidades de trabalho mais dignas e significativas na sua experiência:

“O rendimento básico tem um efeito muito forte sobre isso, porque se ele permite que a pessoa não trabalhe e possa viver exclusivamente do rendimento básico, você vai atacar muito estruturalmente esse problema. Da exploração laboral, esse problema da precarização do trabalho.” (Investigador 1)

Ainda neste assunto, o conceito de desmercadorização do trabalho foi mencionado várias vezes como um benefício fundamental do RBI:

“Portanto a existência de um RBI nesta perspectiva significa que as pessoas que recebem o RBI não estão tão dependentes de ter um salário para poder ter uma vida decente. E não significa que não, não trabalhem, não recebam salário, mas significa que têm outras capacidades, por exemplo poder recusar determinado tipo de ofertas laborais que são precárias, que assentam na exploração e por aí diante. E, portanto, é este lado emancipatório desmercadorização.” (Investigador 3).

Com o RBI, as pessoas poderiam recusar empregos exploradores, uma vez que estariam menos dependentes do mercado de trabalho para sobreviver, podendo optar por atividades que realmente valorizam, sem a constante pressão da sua insegurança económica e permitindo-lhes uma maior liberdade e segurança:

“Ora, desmercantilizar o trabalho é essencial para qualquer trabalhador, mas extremamente essencial para um trabalhador precário. Se a precariedade, traz tanta insegurança, tanta instabilidade e com tudo o que isso acarreta, desmercantilizar é pelo menos dizer: “eu estou inseguro, mas não, não estou efetivamente a minha, a minha... essa insegurança não se traduz numa insegurança existencial.” (Investigador 2).

Universalidade e Incondicionalidade no Combate ao Estigma

Os investigadores enfatizaram o cariz universal e incondicional do RBI, distinguindo-o de outras políticas mais tradicionais no combate ao estigma dos apoios sociais:

“Portanto, para ser uma, pós precários isso é relevante, para ser uma rede de segurança efetiva, tem que ser universalizada à partida. Para não ser estigmatizante também tem de ser universal, como

acontece com o, com o Serviço Nacional de Saúde ou a Educação que temos para todos.” (Investigador 2)

Muitas vezes, os benefícios sociais condicionados carregam consigo um sentimento de culpa e discriminação, levando a que as pessoas que se encontram nessa posição sejam vistos como dependentes e até mesmo como incapazes: *“Portanto, a primeira é o valor do estigma e o valor do estigma é importantíssimo em democracia em Portugal neste momento, com os níveis de estigmatização de beneficiários que temos por vezes não devia ser desconsiderado.*” (Investigador 2).

É esta perceção negativa que os investigadores sublinham que pode levar à estigmatização dos indivíduos que mais necessitam de apoio, levando-os a um sentimento de vergonha e até mesmo de marginalização social:

“Pelo estigma também, porque o estigma não tem só a ver com alguns receberem, o estigma também tem a ver com tudo o que vem, tudo o que advém de tentarmos coercivamente do ponto de vista legal, porque é isso que quer dizer se incondicional. Coercivamente verificar se a pessoa é pobre, coercivamente, verificar se a pessoa, precisa mesmo do dinheiro, vai mesmo procurar trabalho.” (Investigador 2).

Ao garantir que todos têm acesso ao RBI, não só se elimina essa discriminação, como se proporciona um sentimento de igualdade e de maior coesão social, uma vez que todos os membros da sociedade são tratados com o mesmo respeito e consideração, independentemente das suas circunstâncias sociais: *“(…) porque é o carácter universal que traz a mitigação da estigmatização dos beneficiários.”* (Investigador 1).

Dificuldade em discutir o RBI politicamente

Um dos temas mais significativos e abordados foi a perceção de uma enorme barreira de comunicação e colaboração entre investigadores e políticos: *“Eu acho, é assim deveria existir uma maior interação entre o campo da academia e campo da política.”* (Investigador 1). Os entrevistados relatam uma falta de diálogo contínuo que dificulta imenso a implementação de experiências piloto, mas sobretudo a discussão em volta do tema, o que impede a disseminação de informação e o avanço científico, justificando-o com barreiras ideológicas e uma falta de vontade política:

“Há preconceitos ideológicos, quer seja, sobretudo na esquerda. Com o PCP, o Bloco, tem preconceitos ideológicos fortíssimos. O PS está dentro do status quo das transferências monetárias condicionais, portanto. Mesmo assim, mostrou alguma abertura para discutir, embora seja bastante contra. Depois a direita vai sempre pelo dinheiro. O André Ventura pela coisa do trabalhar, mas há muitos preconceitos ideológicos. Nunca conseguimos passar do dinheiro do financiamento, para os discutir e, portanto, acaba por não se conseguir passar para uma compreensão efetiva do que é o RBI.” (Investigador 2).

Os investigadores apontam que o interesse político passa muitas vezes por políticas mais focalizadas de curto prazo e com soluções mais imediatas, sendo que o RBI requer uma perspetiva a longo prazo e com mudanças estruturais profundas. Esta diferença de prioridades contribui para esta resistência, levando os políticos a mobilizar o bode expiatório do financiamento: “(...) *relativamente ao RBI, é que a discussão muitas vezes ela não existe porque à partida se vem com a questão do financiamento.*” (Investigador 3).

Profissionais do Mundo das Artes

A Precariedade e a sua Multidimensionalidade

A precariedade é um conceito multidimensional que abrange diferentes esferas da vida de um indivíduo. Pode ser analisada tanto de uma forma objetiva, através dos baixos salários, tipos de contrato de trabalho e a incerteza do setor, como de forma subjetiva, analisando as consequências destes fatores e como se traduzem em problemas psicológicos.

Contratos de Trabalho e Intermittência

Os contratos de trabalho de curta duração ou os chamados recibos verdes são algo bastante comum no setor artístico, sendo que todos os entrevistados em algum momento na sua carreira os tiveram, o que contribui para uma normalização do fenómeno dentro do setor:

“De alguma forma eu, pelo menos, não sei se isto é uma questão cultural, vi que toda a gente à minha volta sempre teve contratos, pessoas que não eram da minha área, e pronto, dá a sensação de que há mais facilidade, se calhar em... é mais legítimo, não é? Não sei, acho que é mais fácil, e uma pessoa acaba por se sentir mais segura e mais protegida.” (Atriz).

Este tipo de contratos contribui para uma incerteza e conseqüente insegurança face ao mundo laboral, uma vez que não é possível planear um futuro:

“Sim, já tive contratos de curto e de duração de trabalho e já tive trabalhos sem contratos. Como é que afeta a minha segurança? Cria o oposto de segurança, cria um ambiente em que eu já sei que estou a prazo. O que é que isso vai fazer? Vai fazer com que há uma série de coisas que tu não consegues planear para o futuro, por exemplo, é muito difícil de tu pensar em pedir um empréstimo ao banco quando sabes que o empréstimo ao banco vai ser pago para os próximos 97 anos e o teu emprego muito provavelmente vai acabar no mês a seguir, portanto não é algo que oferte uma boa segurança à pessoa.” (Humorista).

Salários Baixos e Trabalhar Para se Poder Trabalhar

A precariedade é muitas vezes associada e percecionada pelos intervenientes nos baixos salários que recebem, algo que é muito familiar no setor artístico, tendo de gerir: “(...) *um rendimento que não é*

previsível nem regular (...) Se eu não estivesse, se calhar, já habituada a ter de gerir dinheiro de modo, a fazer uma grande ginástica, eu não sei como é que seria.” (Atriz).

A imprevisibilidade do setor artístico leva muitas vezes a que os seus trabalhadores tenham de ter um trabalho extra para sustentar o seu trabalho artístico, corroborado a ideia de ter de trabalhar para poder trabalhar:

“Durante muitos anos vivi a minha vida como se ela fosse... como se o dia tivesse 48 horas, porque continuava a fazer teatro, continuava a ir aos ensaios, continuava a filmar, mas dava aulas três vezes por semana, logo no horário da manhã, e às vezes a entrar para o período de tarde. E foi uma forma que eu encontrei, exatamente, quase de ter um subsídio que me ajudasse a fazer passagens às despesas.” (Atriz).

A irregularidade do rendimento dos artistas contribui para uma sensação de insegurança que pode ter consequências no seu trabalho artístico e em último caso, como dois dos artistas mencionaram, abdicar de o fazer:

“Este meio é tão precário, lá está, eu voltando à questão das dívidas, se eu vou trabalhar 2 ou 3 meses e há 1 ou 2 produtores que somados não pagam um valor, vamos dizer, mil e tal euros, vai. Eu só consigo sobreviver a isso se de facto já tiver poupança, se já tiver salvaguardas, nesse sentido, porque se eu não tiver, eu vou passar fome, vou para a rua, eu tenho que parar de fazer aquilo que estou a fazer e tenho de ir trabalhar para alguma coisa.” (Humorista).

“Eu não sei como é que eu própria vou continuar a aguentar isso. Quer dizer, se calhar vai haver uma altura em que eu vou dizer que já não sou capaz. E é muito difícil quando nós dizemos que já não sou capaz em relação a uma coisa que gostamos tanto e que também nos fez companhia durante uma vida inteira, praticamente.” (Atriz).

Impacto Psicológico

A sensação de instabilidade ao longo do tempo leva a um desgaste psicológico dos trabalhadores do setor que vive em constante sufoco e ansiedade, traduzindo-se em alguns casos em doenças mais profundas: *“(…), mas a questão do sufoco é muito grande ... é que as pessoas ficam muito desesperadas se têm um, dois, três, quatro, cinco meses sem trabalho e às vezes mais. Esse desespero, por muito positivo que seja, acaba por criar ansiedade, nalguns alguns casos vai até mais longe, causa uma certa depressão e eu parece-me que depois resolver isso em termos sociais também é dispendioso.” (Atriz).*

O RBI pode funcionar como um mecanismo no combate á precariedade, no sentido em que:

“Vai ajudar a combater a insegurança. De repente não é tão grave falharem com o pagamento, de repente não é tão grave haver um mês em que não atua tanto. De repente não é tão grave não

conseguires vender bilhetes para um dado espetáculo. E isso depois há de converter-se noutros pontos positivos, que é, se calhar, menos pessoas da área artística que vivem viciados em comprimentos, ou em drogas, ou em álcool, porque, se calhar, já é menos estressante fazer isto, mais fazemos.” (Humorista).

Rede de Segurança e Democratização no Setor

Os artistas entrevistados sentem que o RBI pode ajudar a combater a precariedade, não só no setor artístico, mas de um modo geral: *“Uma medida com um certo movimento social que poderia ajudar em muito, especialmente todos os trabalhadores que se encontram numa situação mais precária e menos protegida, e nomeadamente não somos só nós, da área das artes.”* (Atriz).

Os entrevistados sublinharam não só a rede de segurança financeira que o RBI promove, mas também a própria democratização do acesso ao setor artístico. No cenário atual, seguir uma carreira artística exige por norma recursos financeiros, o que exclui muitas pessoas sem estas condições. Os artistas acreditam que com o RBI essas barreiras seriam reduzidas, permitindo que pessoas de diferentes origens socioeconómicas se possam dedicar à arte, enriquecendo o panorama cultural de forma mais inclusiva e diversificada:

“Falando daquilo que me é mais pessoal, que é o caso da atividade da área artística, acho que iria trazer uma espécie de democratização à atividade que neste momento não existe propriamente. É complicado alguém perseguir uma carreira naquilo que nós fazemos sem ter uma resguarda financeira que lhe permita fazer isso. O rendimento básico e incondicional de certa forma iria permitir que algumas pessoas que não têm os meios para perseguir este caminho o pudessem fazer.” (Humorista).

De um modo geral, o RBI pode promover uma segurança e estabilidade ao setor artístico necessária que contrasta diretamente com a precariedade sentida em todas as suas dimensões:

“Tu ires fazer um espetáculo a Coimbra e chegares a casa às cinco da manhã e às sete tens de ir trabalhar. E sais às seis e meia e às oito estás a atuar em Setúbal. É complicado. Portanto, teres um rendimento que é garantido e incondicional iria, se calhar, permitir-te, não necessariamente substituir o teu trabalho, mas se calhar permitir-te que tu faças menos horas, que faças um trabalho mais flexível, que te pague menos, mas essa diferença acaba por ser compensada, se calhar, por um rendimento básico universal.” (Humorista).

2. Discussão

Políticos

A análise ideológica sobre o RBI revela um cenário de grande complexidade, uma vez que o tipo de RBI e as críticas que cada partido apresenta dependem sobretudo do quadrante ideológico.

Os partidos que se situam à direita no quadrante ideológico revelam-se mais resistentes ao RBI, especialmente devido ao seu caráter redistributivo, corroborando conclusões de alguns autores como Wispelaere & Yemtsov (2020), mencionados na revisão bibliográfica. Do lado mais liberal existe uma crescente abertura para discutir o RBI em resposta a algumas mudanças no mercado de trabalho, como é o caso da automação e da crescente tendência de desemprego (Bidadanure, 2019). Esta abertura, no entanto, está geralmente associada a uma visão neoliberal, que através revisão bibliográfica se pode compreender que tem como objetivo uma redução da intervenção estatal e do próprio desmantelamento gradual do Estado Providência (Friedman, 2020).

Por outro lado, o partido entrevistado que se situa mais à esquerda no quadrante ideológico, apresentou uma posição mais paradoxal, o que é era expectável de acordo com a bibliografia. Como é o exemplo de Piketty (2016) e Wright (2020) que embora interpretem o RBI como uma forma de emancipar os trabalhadores e reduzir a dependência do trabalho assalariado, demonstraram também o receio de que a política possa perpetuar desigualdades, permitindo que as elites económicas mantenham o seu poder de exploração. No entanto, é nos partidos à esquerda que se encontra uma das maiores bases de apoio ao RBI, considerada uma resposta necessária às falhas do capitalismo (Goodman, 2017).

O partido social-democrata revelou-se um pouco cético em relação à medida, porque apesar de reconhecerem o potencial do RBI para fortalecer o Estado de Bem-Estar Social e o desenvolvimento de outras políticas públicas, preocupam-se com o seu impacto no valor do trabalho. O seu principal receio prende-se justamente com a implementação do RBI em detrimento de outras políticas públicas já consolidadas e do papel do Estado nas mesmas (De Wispelaere & Yemtsov, 2020).

A análise dos dados recolhidos revelou ainda uma dificuldade significativa em discutir o RBI politicamente, refletindo as tensões ideológicas e as incertezas sobre os seus principais impactos. A necessidade de políticas complementares e de ajustes no sistema de proteção social existente foi um tema recorrente, sugerindo que a eficácia do RBI depende de uma abordagem mais ampla que inclua outras medidas de apoio social (De Wispelaere & Yemtsov, 2020). Além disso, a ideia de implementar o RBI de forma gradual, através de experiências piloto é interpretada como uma forma de mitigar os riscos políticos e económicos associados (Van Parijs & Vanderborght, 2017).

A posição política é assim determinante sobre o RBI é então marcada por imensas contradições e desafios, o que reflete o potencial transformador da política e as profundas divisões em volta dela. A

complexidade dessas posições sugere que o debate sobre o RBI continuara a evoluir, influenciado sobretudo por fatores políticos, económicos e sociais.

Investigadores

De acordo com os dados recolhidos junto dos investigadores, é possível evidenciar que as suas maiores preocupações relativamente à aplicação do RBI se relaciona com preocupações ideológicas da tipologia de RBI pretendido por cada partido. A análise temática revela também um receio com o tipo de RBI proposto pelos partidos neoliberais e o conseqüente fim do Estado Social, sendo uma questão central para todos os investigadores à semelhança de preocupações de autores como Wright (2020). Esta preocupação alinha-se com conclusões como as de Piketty (2016), porque embora o RBI possa ser visto como uma ferramenta de empoderamento e justiça social, existe o receio de que uma agenda neoliberal possa reduzir o papel do Estado e desmantelamento da rede de segurança social criada.

A necessidade de políticas complementares foi algo extremamente enfatizado pelos investigadores que apontam para o risco de o RBI ser implementado isoladamente e que por si só não resolveria as desigualdades estruturais existentes como é enfatizado por Van Parijs & Vanderborght, (2017). Os autores Desai e Kharas (2017) reforçam esta visão, sugerindo que o RBI deve fazer parte de um pacote mais amplo de reformas sociais, de modo a garantir que as disparidades económicas e sociais não são agravadas.

No que concerne a precariedade sentida no mercado de trabalho, a análise dos dados confirma a multidimensionalidade do conceito, sendo que os investigadores veem o RBI como uma possível solução para a crescente insegurança económica que afeta muitos trabalhadores. No entanto, tanto os dados, como autores revistos na literatura, com é o caso de Vosko (2010) e Carmo & Matias (2019), consideram que somente o RBI não seria suficiente para lidar com a complexidade do que representa a precariedade, que envolve tanto fatores materiais, como subjetivos.

A rede de segurança e o empoderamento dos trabalhadores foram pontos muito destacados em todas as entrevistas, uma vez que os investigadores veem o RBI como uma forma de fortalecer a posição dos trabalhadores no mercado de trabalho. Goodman (2017), indica que o RBI ao garantir uma base financeira mínima poderia permitir aos indivíduos que rejeitassem empregos exploratórios, promovendo uma maior liberdade e autonomia.

Os investigadores salientaram a importância da universalidade e incondicionalidade do RBI no combate ao estigma associado aos apoios de assistência social. A análise sugere que estas características do RBI podem promover uma maior inclusão e dignidade, uma posição que é corroborada por autores como De Wispelaere & Yemtsov (2020). Contudo, os desafios políticos em torno da discussão do RBI, identificados tanto nas entrevistas como na bibliografia, destacam as dificuldades em alcançar um

consenso sobre a sua implementação dado o seu potencial impacto nas políticas sociais já existentes e as divisões ideológicas que consequentemente são geradas.

Pode-se concluir através dos dados recolhidos a complexidade do RBI, que embora seja reconhecido pelo seu potencial transformador, enfrenta desafios significativos que necessitam de ser cuidadosamente abordados para evitar resultados não previstos. A análise mostra que qualquer tentativa de implementar o RBI deve ser acompanhada por políticas complementares e um compromisso político que considera as dimensões materiais e subjetivas da precariedade e as estruturas sociais existentes (De Wispelaere & Yemtsov, 2020).

Profissionais do Mundo das Artes

A análise dos dados referentes ao setor das artes levou à necessidade de escrutinar um pouco a multidimensionalidade da precariedade, algo muito sentido neste tipo de profissão, abrangendo não só as condições de trabalho, mas também o estado psicológico dos profissionais. Pode-se compreender através dos dados recolhidos que a precariedade no mundo das artes é caracterizada por contratos de curta duração, intermitência da profissão, baixos salários e uma constante insegurança (Borges, 2003). Esta situação é exacerbada pela incapacidade dos artistas de tomarem controlo sobre as suas condições de trabalho, o que contribui para a sua instabilidade financeira e emocional dos mesmos, algo que é corroborado por autores como Borges & Costa (2012).

Os baixos salários e a necessidade de os artistas realizarem outros trabalhos para sustentar a sua prática artística foram aspetos centrais que mencionaram no decorrer das entrevistas, o que dificulta a sua dedicação exclusiva à arte. Estes aspetos multidimensionais da precariedade contribuem não só para um impacto material, mas também para um impacto psicológico significativo, traduzindo-se em altos níveis de estresse e ansiedade constante devido à incerteza (Roelen, 2020).

Neste contexto, o RBI foi visto como uma potencial solução para os desafios sentidos no setor. A literatura sugere que o RBI poderia proporcionar uma base financeira estável, permitindo aos artistas focarem-se nas suas carreiras sem a pressão constante de sobreviver (Standing, 2017). O RBI foi também compreendido como uma possível ferramenta para democratizar o acesso ao setor artístico, possibilitando que indivíduos de diferentes origens socioeconómicas possam seguir carreiras artísticas independentemente das suas condições financeiras iniciais (Rutkowski, 2018).

Portanto, a discussão evidencia que, embora o RBI não seja uma solução única, ele pode desempenhar um papel crucial na mitigação da precariedade no setor artístico, promovendo maior segurança financeira e democratização no acesso às artes (Graeber, 2018).

Através das entrevistas aos diferentes grupos, obteve-se uma compreensão mais abrangente da perceção em relação ao RBI. De um modo geral, os políticos apontaram a dificuldade em financiar o RBI e que a falta de casos práticos condiciona estudos piloto no país. Os investigadores queixam-se da

ausência de diálogo entre o Estado e a academia na discussão e desenvolvimento da medida de política pública. O RBI, é identificado enquanto uma medida política com uma grande capacidade emancipatória, ao auferir uma rede de segurança necessária aos trabalhadores, num mercado reconhecido por todos como cada vez mais precário.

Onde Convergem os Entrevistados

A análise temática dos três grupos permitiu identificar categorias convergentes e divergentes, oferecendo, uma perspectiva multidimensional das potencialidades e preocupações em relação ao RBI.

Tipo de RBI e as suas Implicações

Um dos temas mais recorrentes nas entrevistas relaciona-se com o tipo de RBI que pode ser implementado e as suas consequências em outras políticas sociais, nomeadamente se as substituiria ou complementar, o que levanta preocupações para grupos que já se encontram em situações precárias: *“acho que é preciso complementar com outras medidas. O RBI por si só não vai combater a precariedade e acho que até pode ajudar, de alguma maneira até pode facilitar as empresas terem mais, recorrerem mais a essa rotatividade”* (Bloco de Esquerda).

“Se calhar não faz sentido e deixa de ser uma coisa positiva se não se garantir que a forma de aplicação desse rendimento incondicional está a ser feita da maneira mais certa e eficaz. Se for de uma maneira que é dúbia, gera desigualdades. Faz com que o Estado fique sem ter mão, no que verdadeiramente está a acontecer, porque não foram criadas as dinâmicas e as políticas e os mecanismos necessários para perceber se está a ser ou não bem aplicado, eu temo que então não sirva de grande coisa.” (Atriz).

Neste sentido, é possível relacionar esta categoria com o eixo de análise da redistribuição e proteção social, em que, como Standing (2017) argumenta, o RBI tem a capacidade de alterar o papel do Estado relativamente à assistência social, na qual a implementação de um RBI sem políticas sociais concorrentes nem uma estrutura adequada poderiam amplificar as desigualdades existentes.

Precariedade no Mercado de Trabalho

Outro dos pontos de convergência prendeu-se com o reconhecimento dos três grupos de um aumento da precariedade no trabalho, sendo mais sentido entre os Investigadores e os Profissionais do Mundo das Artes, mas também compreendido entre os Políticos como uma realidade crescente e que o RBI pode ser uma potencial solução para o atenuar dessa insegurança:

“uma maior emancipação de jovens em início de vida independente, seja para o arrendamento de casa, seja para pagamento de propinas, seja para fazer face a esse tipo de despesas quando o salário, infelizmente, é o que é e as pessoas trabalham em part-time e têm vidas precárias” (Bloco de Esquerda).

“Pois aí então é a precariedade tem este elemento que eu lhe estava a falar à bocado do trabalho intermitente, não é? Para além de tudo porque muitas vezes o trabalho, seja a maior parte das pessoas não tem contrato de trabalho, portanto vive em projetos e por aí diante e, portanto, é um trabalho intermitente e muito descontinuado depende do financiamento” (Investigador 3).

Esta categoria é inerente ao eixo de análise do mercado de trabalho e à discussão em torno da segurança e estabilidade no emprego. O aumento da precariedade em vários setores reflete as transformações sentidas nas lógicas de mercado modernas, que se traduzem em dificuldades financeiras e desigualdades sociais (Carmo & Matias, 2019).

Empoderamento e Democratização do Trabalho

Por fim, os entrevistados concordaram na capacidade emancipatória do RBI, possibilitando uma maior liberdade aos trabalhadores sem a pressão de ter de aceitar trabalhos precários para poder subsistir. Este ponto foi especialmente reforçado pelos artistas, mas é algo que também é compreendido entre os outros grupos de entrevistados, que reconhecem os problemas e dinâmicas de poder dentro do mercado de trabalho:

“Se muitos trabalhadores da mesma empresa assim o quiserem, podem juntar-se entrar em greve sabendo, sabendo que nunca vão perder, ah, ficar com rendimento a zero porque tem um RBI que lhes permite quase estar em greve permanentemente, portanto, há um muito maior poder negocial” (Livre).

“Emancipar o trabalhador, que pode fazer com que o trabalhador não se submeta a ocupações precárias para sobreviver” (Investigador 2).

Este tema relaciona-se com a democratização e empoderamento dos trabalhadores dentro de um mercado de trabalho precário, onde um RBI bem estruturado pode alterar as relações laborais, permitindo aos trabalhadores ter uma maior liberdade de escolha e participação democrática no trabalho, assegurada por uma maior estabilidade financeira (Standing, 2017). Neste ponto, foi também sublinhado pelos Políticos e investigadores que o RBI não pode ser visto como uma solução mágica para todos os nossos problemas (Gans, 2014).

Onde Divergem os Entrevistados

Devido às particularidades e individualidades de cada grupo, foi possível identificar pontos específicos de divergência entre eles, que refletem diretamente os desafios e preocupações enfrentados por cada um destes grupos, sobretudo no seu contexto profissional e social.

Democratização do Setor Artístico

Entre os Profissionais do Mundo das Artes, foi várias vezes mencionada a democratização do setor artístico, de modo que mais pessoas se possam envolver no mesmo, ou a não sentir a necessidade de desistir dele por falta de recursos monetários:

“E acontecendo isso já consegues fazer coisas que não conseguirias fazer de outra forma. Já consegues ir a outros sítios, mostraste a outros públicos e progredires com a tua carreira de uma forma que, se calhar, não conseguirias e quantas pessoas, se calhar, têm imenso talento para fazer aquilo que nós fazemos e nós nunca as iremos ver a fazer porque não conseguem ou não podem” (Humorista).

Esta categoria temática foi apenas mencionada por este grupo devido às dificuldades sentidas no seu contexto do mercado de trabalho, marcado pela precariedade e instabilidade financeira (Borges, 2003). Neste sentido, o RBI é muitas vezes discutido como uma forma de democratizar o setor, ao garantir uma maior estabilidade económica, sobretudo nos períodos de intermitência (Borges & Costa, 2012).

Insegurança Psicológica e Emocional

Devido às dificuldades sentidas no mercado de trabalho, os Trabalhadores do Mundo das Artes manifestaram uma grande preocupação com a sua segurança psicológica e emocional, que é bastante afetada pela precariedade do seu trabalho:

“As horas que trabalhamos, os dias que trabalhamos por semana, muitas vezes sabe-se lá à custa do quê, é que eles acontecem. E, muitas vezes, não é o salário que recebemos que nos paga isso” (Atriz).

A constante precariedade afeta não só as condições materiais e económicas de quem trabalha no setor, mas também as psicológicas e emocionais, algo que não é abordado pelos outros grupos com tanta ênfase. Esta dimensão reforça o eixo referente à necessidade de políticas sociais complementares, não só referentes ao apoio económico, mas também ao psicológico (Campbell & Price, 2016).

Conclusão

Esta investigação teve como objetivo explorar e compreender as perceções de diferentes grupos de atores sociais, Políticos, Investigadores e Profissionais do Mundo das Artes, sobre o RBI enquanto ferramenta para contribuir para mitigar as situações de precariedade laboral. Através de uma análise temática das entrevistas realizadas, foi possível identificar as divisões ideológicas e o que separa e une cada um dos grupos, destacando-se a importância de existirem políticas complementares ao RBI, de modo a garantir o seu sucesso.

A partir dos resultados foi possível concluir que, para os Políticos, o RBI é algo difícil de discutir politicamente, devido à falta de estudos que comprovem a sua viabilidade política, mas também devido ao possível impacto que teria em outras políticas sociais já estabelecidas e à divergência de visões políticas sobre como o implementar e se deve sequer ser implementado.

Os investigadores centraram-se na necessidade de o RBI fazer parte de um sistema mais amplo de políticas sociais, não o vendo como uma solução isolada e utópica para todos os problemas de precariedade laboral e desigualdade económica abordados.

No caso dos Profissionais do Mundo das Artes foi discutida a precariedade laboral como uma questão multidimensional, agravada pelos baixos salários e a intermitência de trabalho inerente ao setor, vendo o RBI como uma possível solução, capaz de empoderar os trabalhadores e de lhes auferir uma maior segurança financeira e laboral.

A articulação dos dados recolhidos nas entrevistas com a revisão da literatura permitiu compreender que, apesar das dificuldades inerentes à implementação de um RBI, este não só pode, segundo os entrevistados, ter o potencial de atuar como uma ferramenta de redistribuição de riqueza, como ter também o papel de empoderamento social. Ao garantir uma segurança financeira, o RBI pode ajudar a atenuar as desigualdades económicas e, conseqüentemente, ter um impacto positivo no mercado de trabalho e na precariedade, nomeadamente em setores como o das artes, onde predomina uma instabilidade e insegurança económica.

As perspetivas convergem no sentido de considerar que a implementação de um RBI exige um compromisso político capaz de atenuar os receios sobre o desmantelamento de outras políticas sociais existentes, mas também de encontrar um equilíbrio entre as crescentes mudanças dentro do mercado de trabalho e a segurança dos seus trabalhadores.

Faço das palavras de um dos investigadores minhas, “desde quando é que uma política social resolveu todos os nossos problemas? Mais importante do que aplicar o RBI é discuti-lo.

Deste modo, esta investigação contribui para o debate sobre o RBI, oferecendo uma análise e discussão de perceções de diferentes atores sobre os potenciais impactos na precariedade no trabalho.

Bibliografia

Alsaawi, A. (2014). A critical review of qualitative interviews. *European Journal of Business and Social Sciences*, 3(4).

<https://doi.org/10.2139/ssrn.2819536>

Atkinson, A. (2011, April). Basic income: ethics, statistics and economics. In *Paper based on presentation made at Basic Income and Income Redistribution workshop, Centre for Research in Economic Analysis, University of Luxembourg*. Barreiros, M. (2018). *Shame on you the stigma of social welfare benefits* (Doctoral dissertation).

https://doi.org/10.1007/978-1-349-20460-1_5

Barr, N. (2020). *Economics of the welfare state*. Oxford University Press, USA.

<https://doi.org/10.1017/s0143814x02211058>

Bastagli, F., Hagen-Zanker, J., Harman, L., Barca, V., Sturge, G., Schmidt, T., & Pellerano, L. (2016). Cash transfers: what does the evidence say. *A rigorous review of programme impact and the role of design and implementation features*. London: ODI, 1(7), 1.

<https://doi.org/10.1017/s0047279418000715>

Baumberg, B. (2016). The stigma of claiming benefits: a quantitative study. *Journal of Social Policy*, 45(2), 181-199.

<https://doi.org/10.1017/s0047279415000525>

Bidadanure, J. U. (2019). The political theory of universal basic income. *Annual Review of Political Science*, 22, 481-501.

<https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050317-070954>

Borges, V. (2003). A arte como profissão e trabalho: Pierre-Michel Menger e a sociologia das artes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (67), 129-134.

<https://doi.org/10.4000/rccs.1209>

Borges, V., & Costa, P. (2012). *Criatividade e instituições: novos desafios à vida dos artistas e dos profissionais da cultura*. ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

<http://hdl.handle.net/10451/23716>

Borges, V. (2020). O trabalho nas artes performativas na era Covid-19: da urgência ao potencial da mudança nas organizações e nas trajetórias de carreira artísticas. *Em suspenso: reflexões sobre o trabalho artístico, cultural e criativo na era Covid-19*.

<https://isociologia.up.pt/sites/default/files/2021-10/Em%20suspenso.pdf>

Bos, A. E., Pryor, J. B., Reeder, G. D., & Stutterheim, S. E. (2013). Stigma: Advances in theory and research. *Basic and applied social psychology*, 35(1), 1-9.

<https://doi.org/10.1080/01973533.2012.746147>

Branco, R. (2017). Entre Bismarck e Beveridge: sociedade civil e Estado providência em Portugal (1960-2011). *Análise social*, 534-558.

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017224.02>

Calnitsky, D. (2016). “More normal than welfare”: the Mincome experiment, stigma, and community experience. *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie*, 53(1), 26-71.

<https://doi.org/10.1111/cars.12091>

Calnitsky, D. (2017). Debating basic income. *Catalyst: A Journal of Theory & Strategy*, 1(3).

<https://catalyst-journal.com/2017/12/debating-basic-income>

Campbell, I., & Price, R. (2016). Precarious work and precarious workers: Towards an improved conceptualisation. *The Economic and Labour Relations Review*, 27(3), 314-332.

<https://doi.org/10.1177/1035304616652074>

Carmo, R. M. do, & Matias, A. R. (2019). *Retratos da precariedade: Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Tinta-da-China.

<https://doi.org/10.31447/as00032573.2019232.14>

Comissão Europeia. (2015). Employment and Social Developments in Europe 2014 (2015)

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=89&newsId=2172&furtherNews=y>

Cookson, T. P. (2018). *Unjust Conditions: Women’s Work and the Hidden Cost of Cash Transfer Programs* (1st ed.). University of California Press.

<http://www.jstor.org/stable/j.ctv92vpcq>

Davala, S., Jhabvala, R., Standing, G., & Mehta, S. K. (2015). *Basic income: A transformative policy for India* (p. 240). Bloomsbury Academic.

<https://doi.org/10.5040/9781472593061>

Debord, G. (1997). A sociedade do espetáculo. *Rio de janeiro: Contraponto*, 102, 85-102.

<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>

Desai, R. M., & Kharas, H. (2017). Is a growing middle class good for the poor? Social policy in a time of globalization. *Brookings Global Working Paper Series*.

https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/07/gd_20170713_working-paper-105.pdf

Devereux, S. (2016). Is targeting ethical?. *Global Social Policy*, 16(2), 166-181.

<https://doi.org/10.1177/1468018116643849>

Devereux, S., Masset, E., Sabates-Wheeler, R., Samson, M., Rivas, A. M., & te Lintelo, D. (2017). The targeting effectiveness of social transfers. *Journal of Development Effectiveness*, 9(2), 162-211.

<https://doi.org/10.1080/19439342.2017.1305981>

De Wispelaere, J. (2015). An income of one’s own? The political analysis of universal basic income.

<https://trepo.tuni.fi/bitstream/handle/10024/98162/978-951-44-9989-0.pdf>

De Wispelaere, J., & Yemtsov, R. (2020). The political economy of universal basic income. *Exploring Universal Basic Income*, 183.

[10.1596/978-1-4648-1458-7_ch6](https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1458-7_ch6)

Edwards, P. (2005). The challenging but promising future of industrial relations: developing theory and method in context-sensitive research. *Industrial Relations Journal*, 36(4), 264-282.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-2338.2005.00358.x>

Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of advanced nursing*, 62(1), 107-115.

<https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>

Engstrom, C. (2016). Basic income: a concrete and financed proposal for Sweden.

<https://christianengstrom.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/09/basic-income-engstrc3b6m-2016.pdf>

Esping-Andersen, G. (1991). As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 85-116.

<https://doi.org/10.1590/s0102-64451991000200006>

Fernandes, S. I. N. (2015). *Rendimento Básico Incondicional* (Doctoral dissertation).

https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5958/1/4330_9115.pdf

Ferreira, S. (2013). Terceiro Sector e Estado-Providência em Portugal. *Os Portugueses e o Estado-Providência*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 161-196.

https://www.researchgate.net/publication/273831992_Terceiro_Sector_e_Estado-Providencia_em_Portugal

Fleetwood, S. (2011). Sketching a socio-economic model of labour markets. *Cambridge Journal of Economics*, 35(1), 15-38.

<https://doi.org/10.1093/cje/beq006>

Friedman, M. (2020). *Capitalism and Freedom*. University of Chicago Press.

<https://doi.org/10.2307/3112263>

Friedman, M. (2013). The case for a negative income tax: A view from the right. *Basic income: An anthology of contemporary research*, 11-16.

<https://miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/271085/full>

Gans, H. J. (2014). Basic income: A remedy for a sick labor market?. *Challenge*, 57(2), 80-90.

<https://doi.org/10.2753/0577-5132570206>

Gentilini, U., Grosh, M., & Yemtsov, R. (2020). The idea of universal basic income. *Exploring universal basic income*. Washington DC: World Bank, 17-72.

https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1458-7_ch1

Gentilini, U., & Grosh, M. (2020). UBI as social assistance: comparative models and instruments. *Exploring Universal Basic Income*, 73.

https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1458-7_ch2

Gheaus, A., & Herzog, L. (2016). The goods of work (other than money!).

<https://doi.org/10.1111/josp.12140>

Giddens, Anthony. 2009. *Sociologia*. 9ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_18

Gini, A. R., & Sullivan, T. (1987). Work: The process and the person. *Journal of Business Ethics*, 6, 649-655.

<https://doi.org/10.1007/bf00705781>

Goffman, E. (2009). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Simon and schuster.

<https://doi.org/10.2307/2575995>

Goldsmith, S. (2012). The economic and social impacts of the permanent fund dividend on Alaska. In *Alaska's Permanent Fund Dividend: Examining its suitability as a model* (pp. 49-63). New York: Palgrave Macmillan US.

https://doi.org/10.1057/9781137015020_4

Goodman, P. S. (2017). Capitalism Has a Problem. Is Free Money the Answer?. *New York Times*.

<https://www.nytimes.com/2017/11/15/business/dealbook/universal-basic-income.html>

Gordon, W. (1997). Job Assurance—The Job Guarantee Revisited. *Journal of Economic Issues*, 31(3), 826-834.

<https://doi.org/10.1080/00213624.1997.11505968>

Gourevitch, A., & Stanczyk, L. (2018). The basic income illusion. *Catalyst*, 1(4), 1-22.

<https://catalyst-journal.com/2018/03/the-basic-income-illusion>

Graeber, David. 2018 Bullshit jobs. A theory. New York: Simon & Schuster

[10.1590/s0104-71832019000200016](https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000200016)

Gubrium, E. K., & Pellissery, S. (Eds.). (2013). *The shame of it: Global perspectives on anti-poverty policies*. Policy Press.

<https://doi.org/10.1332/policypress/9781447308713.003.0009>

Guerreiro, F. (2021). Rendimento Básico Incondicional: Um estudo encomendado à Marktest Grupo. Marktest

file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Pesquisa%20em%20PP/Marktest_SondagemRBI_Out21-1.pdf

Guterres, António. 2018. “United Nations Secretary-General Address to the General Assembly.” September 25.

<https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-09-25/address-73rdgeneral-assembly>

Han, B-C (2010). *A Sociedade do Cansaço*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

[https://doi.org/10.17231/comsoc.28\(2015\).2290](https://doi.org/10.17231/comsoc.28(2015).2290)

Han, B-C (2013). *A Sociedade da Transparência*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Harvey, P. L. (2006). The relative cost of a universal basic income and a negative income tax. *Basic Income Studies*, 1(2).

<https://doi.org/10.2202/1932-0183.1032>

Hoffman, A. (2022). Securing the Right to Work: The History and Future of Job Guarantees.

<https://hdl.handle.net/10161/27398>.

Hoynes, H., & Rothstein, J. (2019). Universal basic income in the United States and advanced countries. *Annual Review of Economics*, 11, 929-958.

<https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080218-030237>

Isenberg, T. J. (2017). What a new survey from Alaska can teach us about public support for basic income. *Blog post January, 28*.

https://medium.com/@taylor_75798/what-a-new-survey-from-alaska-can-teach-us-about-public-support-for-basic-income-ccd0c3c16b42

Jones, D., & Marinescu, I. (2022). The labor market impacts of universal and permanent cash transfers: Evidence from the Alaska Permanent Fund. *American Economic Journal: Economic Policy*, 14(2), 315-340.

<https://doi.org/10.1257/pol.20190299>

Kiger, M. E., & Varpio, L. (2020). Thematic analysis of qualitative data: AMEE Guide No. 131. *Medical teacher*, 42(8), 846-854.

<https://doi.org/10.1080/0142159x.2020.1755030>

Lindert, K., & Vincensini, V. (2010). Social Policy, Perceptions and the Press

<http://documents.worldbank.org/curated/en/312121468013876967/Brazil-Social-policy-perceptions-and-the-press-an-analysis-of-the-medias-treatment-of-conditional-cash-transfers-in-Brazil>

Neves, C., & Merrill, R. (2023). RBI Um Caminho Possível de Liberdade-Relatório sobre uma possível experiência. *Centro de Ética, Política e Sociedade, Universidade Do Minho*.

https://rbridoc.com/wp-content/uploads/2023/03/PT_RBI_report_2023.pdf

Neves, C. (2024). How Unconditional Basic Income encourages reciprocity. *Análise Social*, 59(1 (250), 110-132.

[10.31447/2021127](https://doi.org/10.31447/2021127)

Majoka, Z., & Palacios, R. (2019). Targeting versus Universality.

<https://doi.org/10.1596/32789>

Meyers, M. K., Riccucci, N. M., & Lurie, I. (2001). Achieving goal congruence in complex environments: The case of welfare reform. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 11(2), 165-202.

<https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jpart.a003498>

Moffitt, R. A. (2003). The negative income tax and the evolution of US welfare policy. *Journal of economic perspectives*, 17(3), 119-140.

<https://doi.org/10.1257/089533003769204380>

Murray, C. (2016). *In our hands: A plan to replace the welfare state*. Rowman & Littlefield.

<https://doi.org/10.5860/choice.44-0428>

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) Staff. (2018). *The Future of Social Protection: What Works for Non-Standard Workers?*. Paris: OECD.

<https://doi.org/10.1787/9789264306943-4-en>

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2019). *Health at a glance 2019: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing.

<https://doi.org/10.1787/4dd50c09-en>.

Pereira, A. F. M. (2021). *O Papel do Rendimento Básico Incondicional no Contexto Português* (Doctoral dissertation, Instituto Politecnico do Porto (Portugal)).

<http://hdl.handle.net/10400.22/17639>

Piketty, T. (2016). What Unequal Societies Need Is Not a ‘Basic Income’ But a Fair Wage. *The Wire*.

<https://thewire.in/uncategorised/basic-income-fair-wage-piketty>

Polanyi, K. (1957). The economy as instituted process. The sociology of economic life. *Granovetter, M., and R. Swedberg. Trade and Market in Early Empire*.

<https://doi.org/10.4324/9780429494338-2>

Roelen, K. (2017). Shame, poverty and social protection.

https://opendocs.ids.ac.uk/articles/report/Shame_Poverty_and_Social_Protection/26480011?file=48254503

Roelen, K. (2020). Receiving social assistance in low-and middle-income countries: Negating shame or producing stigma?. *Journal of Social Policy*, 49(4), 705-723.

<https://doi.org/10.1017/s0047279419000709>

Rowlands, T., Waddell, N., & McKenna, B. (2016). Are we there yet? A technique to determine theoretical saturation. *Journal of Computer Information Systems*, 56(1), 40-47.

<https://doi.org/10.1080/08874417.2015.11645799>

Rutkowski, M. (2018). Reimagining Social Protection. *Finance & Development*, 55(4), 10-13.

<https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2018/12/world-bank-reimagining-social-protection-rutkowski>

Scheff, T. (2014). The ubiquity of hidden shame in modernity. *Cultural Sociology*, 8(2), 129-141.

<https://doi.org/10.1177/1749975513507244>

Serafini, P., & Banks, M. (2020). Living precarious lives? Time and temporality in visual arts careers.

<https://doi.org/10.3384/cu.2000.1525.20200504a>

Silva, P. A. (2002). O modelo de welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito. *SILVA*.

<http://hdl.handle.net/10071/382>

Standing, G. (2013, May). Unconditional basic income: Two pilots in Madhya Pradesh. In *A background note prepared for the Delhi Conference* (pp. 30-31). Delhi.

<https://eprints.soas.ac.uk/17702/1/India's%20experiment.pdf>

Standing, G. (2017). *Basic income: And how we can make it happen*. Penguin UK.

<https://doi.org/10.1515/bis-2017-0022>

Stern, A. (2016). *Raising the floor: How a universal basic income can renew our economy and rebuild the American dream*. Public Affairs.

<https://doi.org/10.1515/bis-2017-0023>

Streeck, W., & Thelen, K. (Eds.). (2005). *Beyond continuity: Institutional change in advanced political economies*. Oxford University Press.

<https://doi.org/10.1177/09589287070170020602>

Tangney, J. P., Stuewig, J., & Mashek, D. J. (2007). Moral emotions and moral behavior. *Annu. Rev. Psychol.*, 58, 345-372.

<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070145>

Tcherneva, P. R. (2012). Beyond full employment: The employer of last resort as an institution for change. *Levy Economics Institute of Bard College Working Paper*, (732).

<https://doi.org/10.2139/ssrn.2153220>

Ter-Minassian, T. (2020). Financing a Universal Basic Income: A Primer. *Exploring Universal Basic Income*, 153.

https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1458-7_ch5

Teixeira, P. A. (2019). Sobre o financiamento de um RBI em Portugal. *Análise Social*, 54(232 (3)), 478-503.

<https://doi.org/10.31447/as00032573.2019232.03>

Thompson, P., & Vincent, S. (2010). Labour process theory and critical realism. *Working life: Renewing labour process analysis*, 47-69.

https://doi.org/10.1007/978-1-137-11817-2_4

Trigilia, C. (2008). *Economic sociology: state, market, and society in modern capitalism*. John Wiley & Sons.

<https://doi.org/10.1002/9780470693599>

Van Parijs, P. (1995). *Real freedom for all: What (if anything) can justify capitalism?*. Clarendon Press.

<https://doi.org/10.1093/0198293577.001.0001>

Van Parijs, P. (2004). Basic income: a simple and powerful idea for the twenty-first century. *Politics & Society*, 32(1), 7-39.

<https://doi.org/10.1177/0032329203261095>

Van Parijs, P. (2013). The universal basic income: Why utopian thinking matters, and how sociologists can contribute to it. *Politics & Society*, 41(2), 171-182.

<https://doi.org/10.1177/0032329213483106>

VAN PARIJS, P., & VANDERBORGHT, Y. (2017). *Basic Income: A Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*. Harvard University Press.

<http://www.jstor.org/stable/j.ctv253f7wq>

Vosko, L. F. (2011). *Managing the margins: Gender, citizenship, and the international regulation of precarious employment*. OUP Oxford.

https://doi.org/10.1111/j.1467-8543.2010.00843_4.x

Walker, R., & Chase, E. (2014). Adding to the shame of poverty: the public, politicians and the media.

<https://doi.org/10.35648/20.500.12413/11781/ii269>

Watts, B., & Fitzpatrick, S. (2018). *Welfare conditionality*. Routledge.

<https://doi.org/10.4324/9781315652047>

West, Stacia, Castro Baker, Amy, Samra, Sukhi & Coltrera, Erin.2021. Preliminary analysis. SEED's first year. Stockton Economic Empowerment Demonstration.

<https://doi.org/10.1257/rct.3655-1.0>

Widerquist, K. (2018). *A critical analysis of basic income experiments for researchers, policymakers, and citizens*. New York: Springer International Publishing.

<https://doi.org/10.1007/978-3-030-03849-6>

Wright, E. O. (2020). *Envisioning real utopias*. Verso Books.

Anexos

Anexo A- Guião de Entrevistas

1- Caracterização sociodemográfica

1.1 Género

1.2 Idade

1.3 Estado Civil

1.4 Tem filhos?

1.5 Com quem mora?

2- Rendimento Básico Incondicional (RBI) Geral:

2.1 Sabe o que é o RBI?

Como é que o definiria o RBI?

2.2 Qual considera que é o seu impacto na sociedade atual?

2.3 Para quem é que considera que deveria ser direcionada esta política?

2.4 As principais características do RBI é o seu caráter universal e a sua incondicionalidade.

2.4.1 O que pensa do caráter universal desta medida de política pública?

2.4.2 O que pensa do caráter incondicional desta medida de política pública?

2.5 Em Portugal, já existem medidas de prestação social tal como Rendimento Social de Inserção O que distingue o RBI deste tipo de medidas?

2.6 Quais considera que poderiam ser as dificuldades e/ou obstáculos de implementação do RBI?

2.7 Quais considera que poderiam ser as vantagens e pontos positivos da sua implementação?

3- Questões a Políticos:

3.1 Qual a sua posição e a posição do seu partido em relação a esta medida?

3.2 Como é que o RBI se alinha com a sua visão política e ideológica sobre o papel do Estado na sociedade?

3.3 Como vê o papel do RBI na mitigação da precariedade e na promoção da segurança económica dos cidadãos?

3.4 Que políticas ou medidas têm sido implementadas para lidar com a precariedade no trabalho?

3.5 Como avalia o potencial impacto do RBI na motivação para o trabalho e dinâmica do mercado de trabalho?

3.6 Que desafios antecipa à implementação de um RBI relativamente à precariedade no trabalho?

3.7 Que impacto pensa que a implementação de um RBI poderia ter na precariedade no trabalho?

3.8 Quais são as medidas que considera necessárias tomar para garantir que o RBI é implementado

3.9 Quais são as suas preocupações em relação à viabilidade financeira do RBI? E como propõe atuar sobre essas preocupações?

3.10 Quais são os principais desafios políticos que se colocam para a implementação do RBI?

4 Questões a Investigadores:

4.1 Com base no seu conhecimento na área, como definiria a precariedade no trabalho?

4.2 Quais são os principais fatores que contribuem para a precariedade no emprego no contexto português?

4.3 E no caso dos profissionais das artes e do espetáculo, em particular?

4.4 Que dimensões e indicadores considera relevante atender para a abordagem deste conceito e da sua relação com o RBI?

4.5 Como define o conceito de RBI e quais são as principais teorias ou abordagens que fundamentam a sua compreensão sobre o assunto?

4.6 Quais são as suas principais críticas ou preocupações em relação ao conceito ou à implementação de um RBI?

4.7 Quais são as principais lacunas na pesquisa atual do RBI e quais são os aspetos que considera mais relevantes para pesquisas futuras?

4.8 Na sua opinião, como poderia o RBI influenciar as condições de trabalho precárias que observamos?

4.9 Quais seriam os possíveis benefícios e desafios de implementar um RBI relativamente à precariedade no emprego?

4.10 Na sua opinião, qual seria o impacto do RBI no mercado de trabalho

4.11 Quais são as suas perspetivas sobre os possíveis efeitos do RBI nas dinâmicas do mercado de trabalho e no bem-estar social?

4.12 Como sugere que os resultados das pesquisas académicas sobre o RBI possam ser aplicados na formulação de políticas públicas?

4.13 De que forma o RBI se articula com outras medidas de política pública?

5 Questões a Profissionais do Mundo das Artes:

5.1 Descreva o seu percurso profissional

5.2 Já teve contratos de trabalho temporários ou de curto prazo? Se sim, como é que isso afetou a sua sensação de segurança no emprego?

5.3 Já teve um segundo trabalho para sustentar o seu trabalho artístico?

5.4 Como descreveria a estabilidade do seu emprego atual? (caso tenha)

5.5 O rendimento que recebe é regular e previsível, ou enfrenta incertezas financeiras? (caso receba)

5.6 Recebe algum tipo de apoio financeiro fornecido pelo estado?

5.7 Em caso de emergência ou doença, possui algum tipo de rede de segurança financeira?

5.8 Como descreveria o seu nível de rendimento em relação ao custo de vida?

5.9 Sente que tem autonomia e controlo sobre o seu trabalho? Se sim, de que forma?

5.10 Quais são as suas perspetivas de desenvolvimento profissional e de progressão na carreira no seu emprego?

5.11 Como descreveria a situação atual dos artistas em termos de estabilidade económica e a sua segurança no trabalho?

5.12 De que forma os apoios públicos, como subsídios, bolsas e financiamentos, influenciam a sua capacidade de se sustentar no campo das artes?

5.13 De que forma considera que o RBI poderia influenciar a situação profissional dos Profissionais do mundo das Artes?

5.14 Quais os impactos que prevê que a implementação do RBI na produção cultural e artística poderia ter?

5.15 Quais os impactos que a implementação do RBI poderia ter para si, a nível pessoal tendo em conta a sua atividade profissional?

5.16 De que forma os profissionais das artes e da cultura podem beneficiar ou ser prejudicados pela introdução do RBI na sua carreira?

Anexo B- Consentimento Informado



Formulário de Consentimento Informado

Tema: Impacto do Rendimento Básico e Incondicional (RBI) na mitigação da precariedade

Autor/a: Pedro Roque

Instituição de Ensino: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação para a obtenção do grau de mestre em Economia e Políticas Públicas.

Objetivo: O estudo tem por objetivo investigar o impacto do Rendimento Básico e Incondicional (RBI) na mitigação da precariedade, contribuindo para o debate sobre políticas públicas e oferecendo uma compreensão das potencialidades do mesmo na promoção do bem-estar social e segurança económica dos trabalhadores.

Participação: A sua **participação no estudo**, para além de ser bastante valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consistindo numa entrevista qualitativa, com duração de cerca de 1 hora, tendo como finalidade compreender as suas perspetivas em relação ao RBI e ao seu possível impacto na precariedade laboral. A análise dos dados recolhidos permitirá uma avaliação aprofundada das implicações que o RBI pode tomar e conseqüentemente fornecer diretrizes importantes para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento [indicar art. 6º, nº1, alínea a) e/ou art. 9º, nº2, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, consoante o caso aplicável].

Confidencialidade: A participação neste estudo é **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados por 12 meses, após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo

O ISCTE não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O ISCTE tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Pedro de Oliveira Roque, preoe1@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

_____ (local), ____/____/____ (data)

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo C- Grelha de Codificação MAXQDA

Lista de Códigos
Lista de Códigos
Profissionais do Mundo das Artes
Rede de Segurança e Democratização no Setor
A Precariedade e a sua Multidimensionalidade
Impacto Psicológico
Salários Baixos e Trabalhar Para se Poder Trabalhar
Contratos de Trabalho e Intermitência
Políticos
Posição ideologica
Veto político
Tipo de RBI
Diferença do RSI
Críticas ideológicas
Direita
Esquerda
Necessidade de políticas concorrentes
Obstáculos
Vantagens
Ideologia
Direita
Esquerda
Investigadores
Ideologia
Direita
Esquerda
Ecologia
Mercado de trabalho
Benefícios implementação
Desmercadorização
Precariedade
Desafios implementação
Dimensões e indicadores
Fatores contribuem

Necessidade de políticas concorrentes
Impacto mercado de trabalho
Lacunas na pesquisa
Rendimento Básico Incondicional
Críticas
Suficiente
Obstáculos
Vantagens
Alternativas
Universalidade
Incondicionalidade
Impactos